

NE

NORDESTE

Diagnóstico

*de capacidades e
necessidades municipais*

em Proteção e Defesa Civil



Projeto ELOS



Cemaden
Centro Nacional de Monitoramento
e Alertas de Desastres Naturais



PIN
UID



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional.
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
Diagnóstico de capacidades e necessidades
municipais em proteção e defesa civil [livro
eletrônico] : região nordeste / coordenação Victor
Marchezini. -- Brasília, DF : Ministério do
Desenvolvimento Regional : Secretaria Nacional
de Proteção e Defesa Civil, 2021.
PDF.

Vários autores.
Vários colaboradores.
ISBN 978-65-84510-04-3

1. Administração pública - Brasil 2. Brasil,
Nordeste 3. Defesa civil e gerenciamento de
desastres e crises 4. Desastres ambientais
5. Desastres socionaturais I. Marchezini, Victor.
II. Título.

21-84896

CDD-350

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. Gerenciamento de desastres e crises :
Administração pública 350

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Diagnóstico

*de capacidades e
necessidades municipais*

em Proteção e Defesa Civil



Projeto ELOS



Cemaden
Centro Nacional de Monitoramento
e Alertas de Desastres Naturais



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

EQUIPE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC

Alexandre Lucas Alves
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil
Karine da Silva Lopes
Diretora do Departamento de Articulação e Gestão
Reinaldo Soares Estelles
*Coordenador-geral de Articulação do Sinpdec
e Coordenador do PCTI - BRA/12/017*
Cyntia da Silva Oliveira
Consultora Técnica-SEDEC

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD BRASIL

Katyna Argueta
Representante Residente
Carlos Arboleda
Representante Residente Adjunto
Maristela Baioni
Representante Residente Assistente para o Programa
Moema Freire
*Coordenadora da Unidade de Governança
e Justiça para o Desenvolvimento*
Lídia Botelho
Gerente de Projetos
Graziela Silveira
Assistente de Programa

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS - CEMADEN

Victor Marchezini *Coordenação Geral*

Alice Dianezi Gambardella
Aline Silveira Viana
Aloisio Lelis de Paula
Carina Inácio Portela
Cristiane Pauletti
Eloisa Beling Loose
Fernanda Dalla Libera Damacena
Flávia Aragão
Francisca Leiliane Sousa de Oliveira
Henrique Almeida Forini
Iara Cunha Passos
Jose Antonio Marengo Orsini
Luciana de Resende Londe
Maria da Gloria Bonelli
Priscilla Braga Barreto
Rafaela Braga
Silvia Midori Saito
Thatyane Mônico Nascimento
Victor Marchezini
Marcia Godoy *Projeto gráfico*

REVISÃO TÉCNICA

Luciana de Resende Londe
Silvia Midori Saito
Victor Marchezini

AGRADECIMENTOS

O Projeto Elos agradece todas as defesas civis municipais e estaduais pelo apoio, participação e engajamento, que viabilizaram a concretização da presente pesquisa.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei nº 12.608/2012, traz em seu escopo as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, a fim de reduzir os riscos de desastres no país, conforme prevê o Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres (2015-2030).

Para tanto, foi fundamental realizar a Pesquisa Municipal em Proteção e Defesa Civil para conhecer as capacidades e necessidades dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, considerados os elos mais importantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), tem lançado esforços nessa direção, em busca de melhor conhecer as estruturas dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, suas necessidades de capacitação, assim como os arranjos de governança do sistema do qual fazem parte, isto é, as articulações formais e informais criadas, com atores estatais e não-estatais, com o objetivo de fortalecer a capacidade local de gestão de riscos e desastres. Em um país de dimensão continental, as capacidades e necessidades podem variar de acordo com os biomas brasileiros e a diversidade regional, sendo fundamental considerá-los para o aperfeiçoamento das políticas públicas de proteção e defesa civil.

O diagnóstico apresentado nesta publicação da Pesquisa Municipal em Proteção e Defesa Civil (Projeto Elos) foi desenvolvido no âmbito da Cooperação Técnica Internacional BRA/12/017

– Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com execução nacional da SEDEC. A sua implementação foi realizada pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A equipe do Projeto Elos, composta por profissionais de distintas formações e provenientes de diferentes regiões do Brasil, proporcionou uma visão multidisciplinar sobre o tema, enriquecida pelos saberes, conhecimentos e experiências de diversos atores que fizeram parte desta pesquisa.

Esta publicação apresenta resultados inéditos sobre as necessidades e capacidades dos órgãos de proteção e defesa civil, organizados pelos eixos de estruturação, capacitação e governança. A partir desse diagnóstico, desenvolvido com embasamento técnico-científico, será possível elaborar uma proposta para fortalecer a implementação da PNPDEC nos municípios brasileiros, os elos fundamentais do SINPDEC. Os resultados alcançados nesta pesquisa poderão apoiar o aprimoramento da política pública, adequada às realidades locais e regionais, e consolidar cada vez mais uma cultura de gestão de risco no Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEDEC)

Apresentação

CBO Classificação Brasileira de Ocupações

Cemaden Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

Cenad Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

CEPED Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres

Cobrade Classificação e Codificação Brasileira de Desastres

COMPDEC Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

CONMPDEC Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPDC Cartão de Pagamento de Defesa Civil

CPRM Serviço Geológico do Brasil

ECP Estado de Calamidade Pública

EPI Equipamento de Proteção Individual

FOFA Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

GRD Gestão de Risco e Desastres

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IPCC Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, sigla em inglês

LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA Lei Orçamentária Anual

MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MDR Ministério do Desenvolvimento Regional

NUPDEC Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil

NEB Nordeste do Brasil

ONG Organização Não Governamental

RRD Redução de Risco de Desastres

SMS Serviço de Mensagens Curtas, sigla em inglês

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PNPDEC Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA Plano Plurianual

PPRA Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

S2iD Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

SE Situação de Emergência

SEDEC Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

SINPDEC Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta os resultados obtidos pela pesquisa municipal em proteção e defesa civil para a Região Nordeste do Brasil, desenvolvida no âmbito do Projeto BRA/12/017 - Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil. Esta pesquisa contou com a participação de 535 defesas civis municipais dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, cujas capacidades e necessidades foram analisadas considerando três eixos: estruturação, a qual compreende os recursos materiais, organizacionais, financeiros e tecnológicos; capacitação, que se refere às necessidades de formação, de habilidades e competências, para o aprimoramento das capacidades organizacionais e técnicas; e, governança, definida pelos mecanismos formais e informais de participação e coordenação de atores estatais e não-estatais. A análise foi desenvolvida a partir da aplicação de questionário online, entrevistas e grupos focais, no período entre 2 de fevereiro e 26 de maio de 2021. A partir da triangulação dos dados advindos dos instrumentos de pesquisa foi possível constatar que 81% dos respondentes atuam como coordenador e 39% têm curso superior; 37% estão vinculados a secretarias de agricultura; 83% das defesas civis não têm viatura; 43% se sentem pouco capacitadas para fiscalizar áreas de risco, sendo este o maior desafio identificado por 31% dos participantes; 54% não têm cartão de pagamento de defesa civil; 29% afirmam que não existe a comunicação com a imprensa local; 38% não organizam simulados com a população; ainda há necessidade de fortalecer a participação e os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil. As duas principais prioridades identificadas pelas defesas civis foram a inclusão de orçamento no plano plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do município para emergências atendidas pela defesa civil, e estruturação das Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil para ações de prevenção e ações educativas.





p.07 Introdução

p.13 Métodos

**p.15 Capacidades e necessidades
das defesas civis municipais**

p.20 Estruturação

p.26 Governança

p.34 Capacitação

p.41 Sonhos, desafios e proposições

p.55 Conclusão

p.57 Referências Bibliográficas

1.161

É O TOTAL DE MUNICÍPIOS
DE PEQUENO PORTE (ATÉ 20
MIL HABITANTES) NA REGIÃO
NORDESTE

12.921

REGISTROS DE DECRETAÇÃO DE
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA (SE) E
ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA
(ECP) ENTRE 2013 E 2020

Introdução

A Região Nordeste é composta pelos estados de Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE). A sua extensão territorial é de 1.552.167,009 km², correspondendo a 18,2% do território nacional (IBGE, 2019). Trata-se da terceira maior região do país em extensão territorial e a segunda mais populosa (IBGE, 2010).

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais-MUNIC (IBGE, 2019) aponta que a Região Nordeste possui 1.161 municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes). 780 (67,2%) destes dispõem de Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e 313 (26,9%) afirmam ter Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (CONMPDEC).

Dentre os 570 municípios de médio porte (até 100 mil habitantes), 427 (74,9%) possuem COMPDEC e 140 (24,6%) destes afirmam ter CONMPDECs. Os municípios de grande porte (com mais de 100 mil habitantes) somam 63 municípios; 57 (90,5%) dispõem de defesas civis, contudo apenas 18 (28,6%) têm conselhos (IBGE, 2019).

A ocorrência de desastres tem ocasionado prejuízos significativos no Brasil. De acordo com o relatório produzido pelo CEPED-UFSC, com o apoio do Banco Mundial (2020), entre 1995 e 2019, houve um prejuízo econômico de R\$333,36 bilhões decorrentes de desastres ocorridos no território brasileiro. O referido relatório aponta que a Região Nordeste apresenta o maior valor em perdas, em aproximadamente R\$140,6 bilhões (42,2%), relativas aos danos materiais e prejuízos causados por desastres socionaturais.

Conforme análise de dados provenientes do Sistema Integrado de Informações de Desastres (S2ID), para o período compreendido entre 2013 e 2020 contabilizaram-se 12.921 registros de decretação de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP) na Região Nordeste, correspondendo a 1.794 municípios afetados (SEDEC, 2021). A maior parte dos registros corresponde a estiagem (49,8%), doenças infecciosas virais (26,1%) e seca (21,4%). Ainda, para este mesmo período, de acordo com dados extraídos de Relatórios de Danos Informados (também disponíveis no S2ID), foram informados 123,8 milhões de afetados, sendo 14.400 mortos, 350.641 enfermos e feridos, além de 249.830 desalojados.



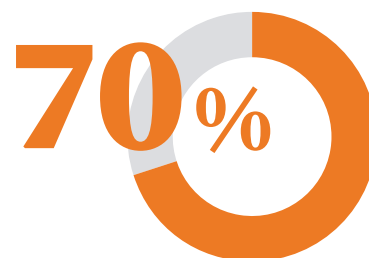
A REGIÃO NORDESTE APRESENTA PERDAS DE R\$140,6 BILHÕES EM DESASTRES ENTRE 1995 E 2019 (BANCO MUNDIAL, 2020)



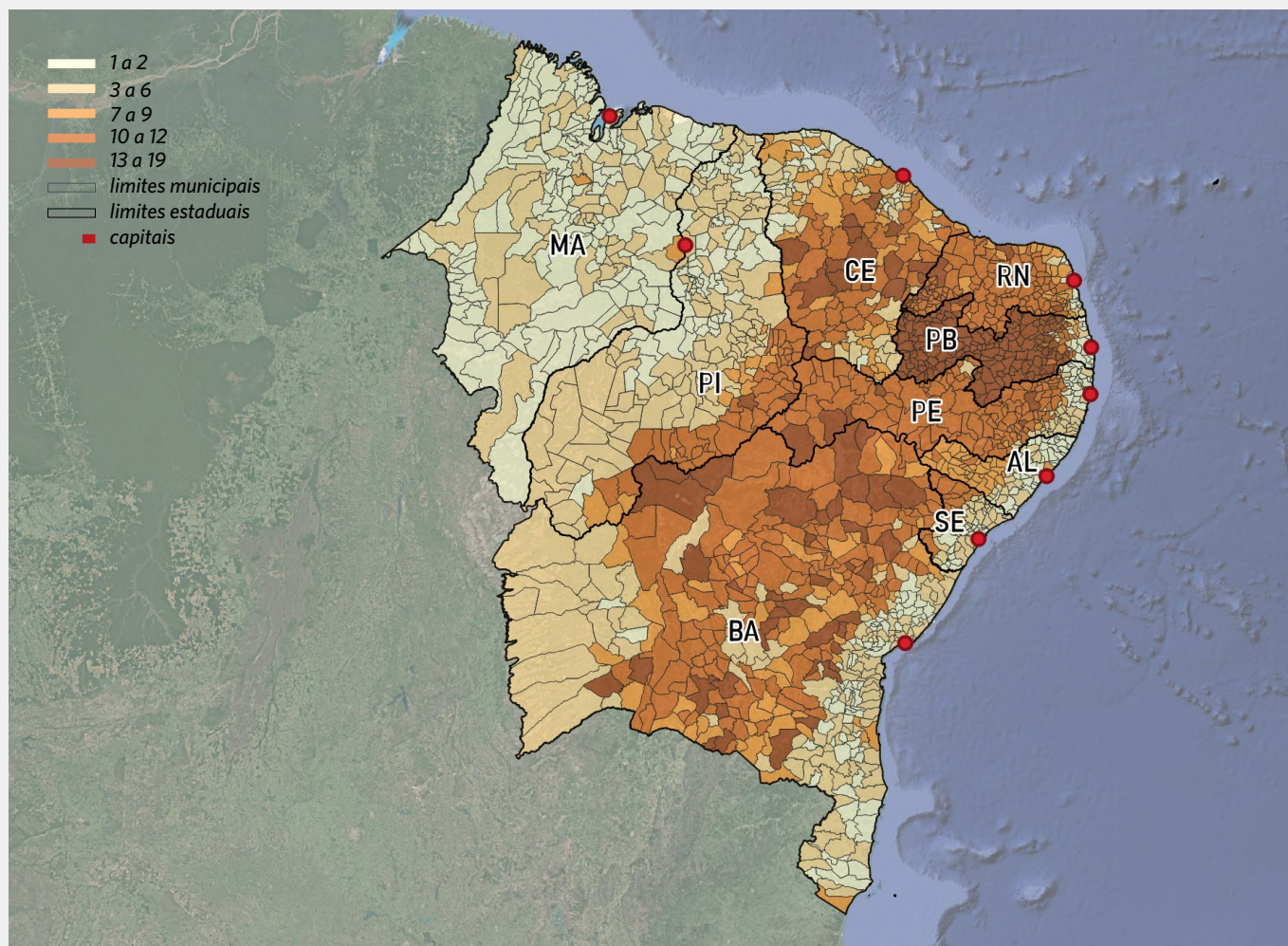
67,2%

DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DISPÕEM DE COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC)

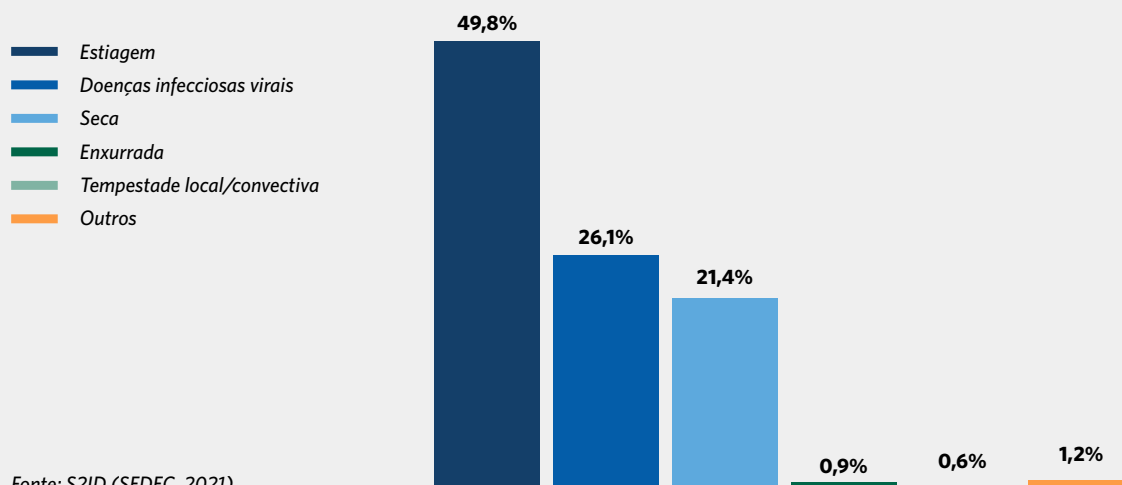
ENTRE 2013 E 2020, AS ESTIAGENS E SECAS REPRESENTARAM A MAIOR PORCENTAGEM DOS DECRETOS DE SE E ECP, APROXIMADAMENTE



RECONHECIMENTOS DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA (SE) E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA (ECP)
REGIÃO NORDESTE - 2013 A 2020. FONTE: S2ID (SEDEC, 2021).



**SE/ECP POR TIPOS
DE DESASTRES**
Classificação Cobrade



Fonte: S2ID (SEDEC, 2021).

O Anuário Brasileiro de Desastres Naturais referente ao ano de 2013 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014), também ressalta que a região sofre com a ocorrência de inundações, deslizamentos de terra e processos erosivos. Em relação a estas ameaças, a setorização de risco geológico realizada pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) identifica áreas ocupadas que estejam em situação de perigo, perda ou dano devido à possibilidade de ocorrência de processos geológicos. Com base em dados disponíveis no portal Prevenção de Desastres da CPRM (2020),

foram mapeados 505 municípios na Região Nordeste, em que 421 apresentam áreas avaliadas com risco alto ou muito alto, ocupadas por 942 mil pessoas. Estes mapeamentos da CPRM também subsidiam ações de monitoramento, a exemplo do que vem sendo realizado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Até dezembro de 2020, o Cemaden monitorava 333 municípios da Região Nordeste que apresentavam áreas de risco de inundações e/ou de deslizamentos de terra.

Área de risco de deslizamento em Recife (PE).
Crédito: Miguel Trejo/Projeto Elos.



Mudanças climáticas e desastres no Brasil

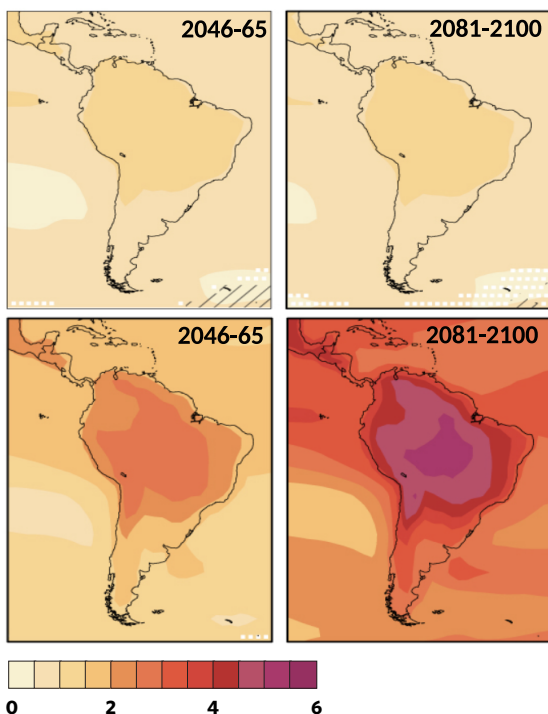
O aumento gradual do aquecimento global ao longo deste século deve intensificar progressivamente a incidência de chuvas extremas e de períodos secos em todo o Brasil (MAGRIN et al., 2014). As projeções climáticas até 2100 apontam reduções sazonais de chuvas no leste da Amazônia, Nordeste e em parte da Região Centro-Oeste, que junto com aumento das temperaturas poderá elevar o déficit hídrico nestas regiões.

No caso de secas, uma das regiões afetadas no presente e possivelmente no futuro é o Nordeste. Esta região é particularmente vulnerável à seca e o recente evento, entre 2012 e 2018, mostrou que políticas de adaptação são urgentes e necessárias para o alívio da pobreza (BRITO et al., 2017; MARENGO et al., 2017, 2018) Historicamente, durante os períodos de seca extrema, a segurança alimentar nas terras do semiárido do Nordeste está sob grave risco devido ao colapso agrícola.

TEMPERATURA MÉDIA ANUAL

Meados Século XXI

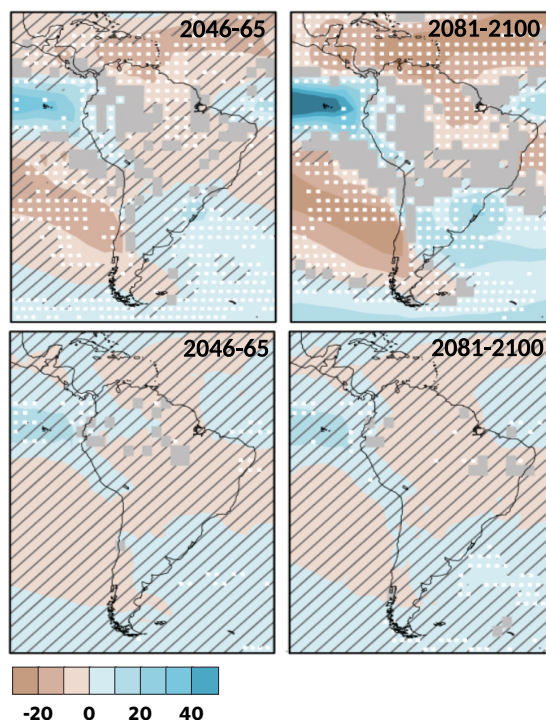
Finais Século XXI



CHUVA MÉDIA ANUAL (%)

Meados Século XXI

Finais Século XXI



DIREITA:

Projeções de mudanças de temperatura e chuvas na região tropical da América do Sul publicadas no 5º Relatório do IPCC para 2046-2065 e 2081-2100, com cenários de baixas e altas emissões, relativos ao período de 1981-2010.

ESQUERDA:

Projeções de mudanças de temperatura até 2100 para os vários cenários de emissões do 5º Relatório do IPCC para a Amazônia (MAGRIN et al., 2014).

Esta região está sujeita a secas recorrentes, com fortes impactos principalmente sobre a população mais vulnerável.

Extremos de chuvas nas regiões Sul e Sudeste e na faixa leste do Nordeste, onde ficam os maiores centros urbanos e se concentram mais de dois terços da população do Brasil, podem aumentar o risco de deslizamentos de terras e inundações bruscas. As secas

já foram registradas em períodos recentes na Amazônia (2005, 2010, 2016), no Pantanal (2019, 2020, 2021), nas regiões Sul (2019-2021), Sudeste (2001, 2013, e 2021) e Nordeste (2012, 2018). Estudos reportados pelo IPCC (2013, 2018) sinalizam a possibilidade de eventos extremos de chuva e secas se tornarem mais frequentes e intensos no futuro, caso o aquecimento aumente até o final deste século.

Diante desses inúmeros cenários de riscos e histórico de desastres, é fundamental analisar as capacidades e necessidades dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, considerados os elos mais importantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). A próxima seção apresenta os instrumentos de pesquisa utilizados de acordo com os três eixos analisados: estruturação, governança e capacitação.



PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA
FORAM DESENVOLVIDOS

3
instrumentos

Métodos

Para a realização da pesquisa de capacidades e necessidades municipais de Proteção e Defesa Civil, nas áreas de estruturação, capacitação e governança, foram desenvolvidos três principais instrumentos:



QUESTIONÁRIO ONLINE

O questionário online constituiu a ferramenta base para o levantamento de dados quantitativos sobre as capacidades e necessidades municipais na área de Proteção e Defesa Civil. Foi o método de coleta de informação com a amostra de maior quantidade de pesquisados e, por conseguinte, de maior representatividade.

O questionário teve como objetivo coletar dados sobre:

- 1)** Perfil do agente municipal de Proteção e Defesa Civil;
- 2)** Estrutura disponível para ações locais em proteção e defesa civil;
- 3)** Conhecimento, capacidades e principais necessidades de capacitação dos agentes municipais; e,
- 4)** Governança.



ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Entrevistas individuais em profundidade, de caráter semiestruturado, dirigidas a agentes municipais de proteção e defesa civil. Este instrumento permitiu um maior detalhamento e aprofundamento nos temas-chave desta pesquisa bem como complementou a análise dos dados quantitativos dos questionários online. A escolha dos municípios para as entrevistas considerou:

- i)** diferentes pontuações do Índice Municipal de Risco de Desastres Ajustado por Capacidades, da SEDEC;
- ii)** histórico de decretação de SE e ECP entre 2003 e 2017;
- iii)** distribuição geográfica dos municípios por tipo de bioma;
- iv)** diferentes portes populacionais; e
- v)** tipos de ameaças.



GRUPOS FOCAIS

Os grupos focais foram um espaço direto de participação dos representantes e técnicos dos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa civil. Da mesma forma que as entrevistas, os grupos focais permitiram investigar, aprofundar e qualificar os dados e variáveis fornecidos pelo questionário. Porém, os grupos focais foram além das avaliações individuais geradas pelas entrevistas, e criaram espaços para a construção de entendimentos e consensos coletivos. Neste espaço, foi utilizada a matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) (em inglês, SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats*) para um diagnóstico coletivo das capacidades e necessidades municipais de cada região.

Capacidades e necessidades das defesas civis municipais

p.20 Estruturação

p.26 Governança

p.34 Capacitação

p.41 Sonhos, desafios e proposições

Os municípios da Região Nordeste foram convidados a participar da fase quantitativa da pesquisa pela SEDEC, por meio de preenchimento de questionário online. A busca por contatos das defesas civis municipais envolveu pesquisa nos sítios eletrônicos das defesas civis estaduais e das prefeituras, contas de Facebook, Instagram, aplicativos de mensagem (WhatsApp e Telegram), participação em eventos de defesas civis e em palestras no canal do YouTube da Série de Debates Cemaden.

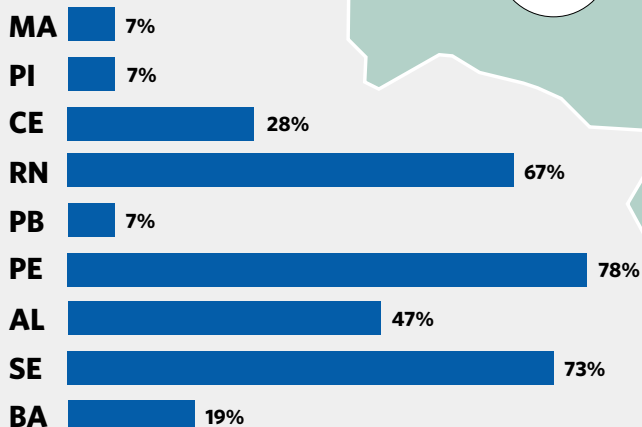
Adicionalmente foi solicitado apoio das Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil para que divulgassem o link do questionário online junto às defesas civis municipais. O objetivo de toda esta atividade operacional de pesquisa foi alcançar o maior número de municípios respondentes.

**VEJA NO CANAL DO
YOUTUBE A SÉRIE
DE DEBATES DO
CEMADEN**

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO ONLINE - REGIÃO NORDESTE

% MUNICÍPIOS
COM COMPDEC
RESPONDENTES
(IBGE, 2017)

% MUNICÍPIOS
PARTICIPANTES
POR ESTADO



*Porcentagens superiores a 100% estão relacionadas a COMPDECs instituídas após 2017.

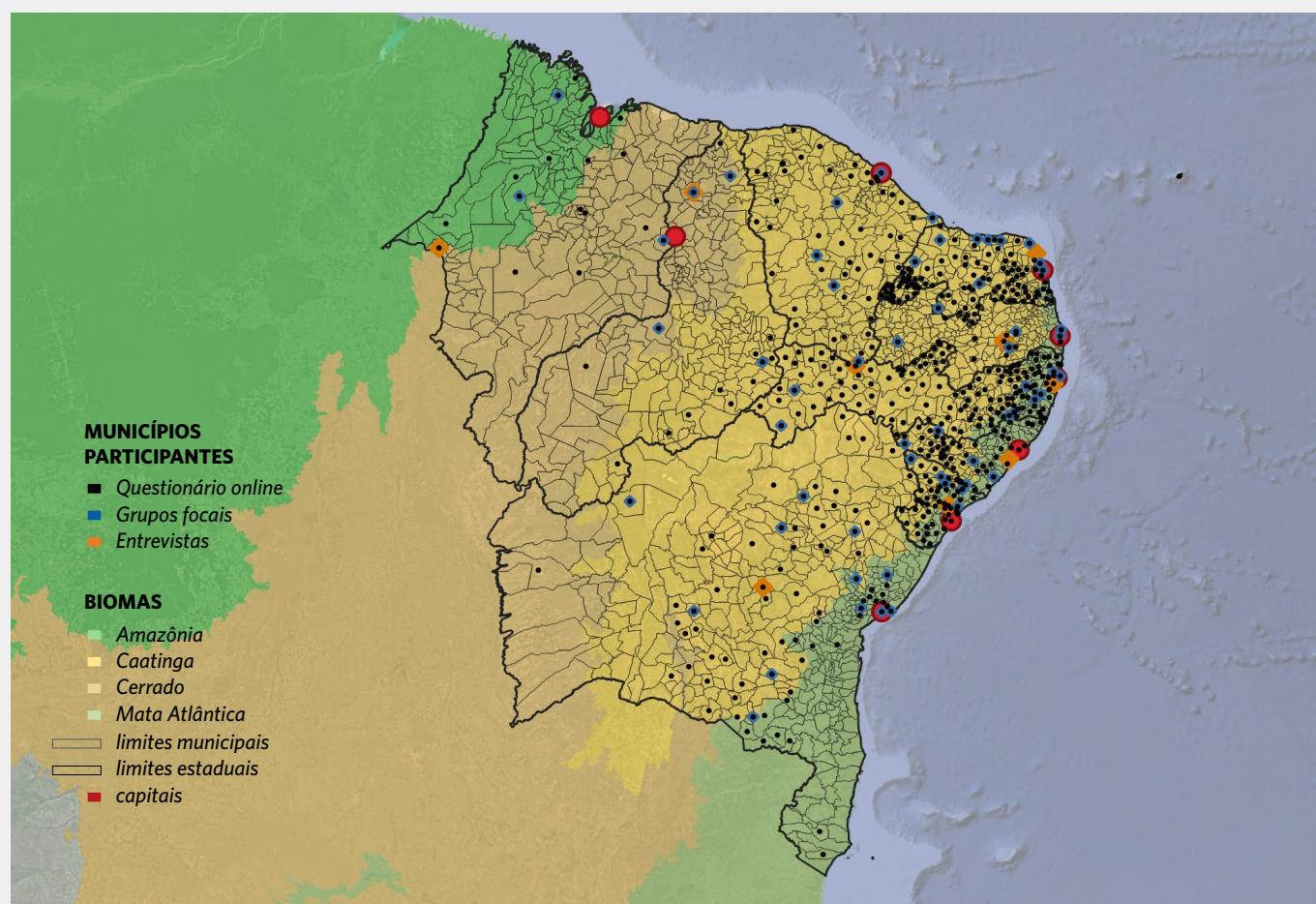
TOTAL DA REGIÃO



Para a etapa das entrevistas, foram selecionados nove municípios, um de cada unidade federativa da Região Nordeste: Lajedinho (BA), Divina Pastora (SE), Marechal Deodoro (AL), Jaboatão dos Guararapes (PE), Campina Grande (PB), Maxaranguape (RN), Penaforte (CE), Barras (PI) e Imperatriz (MA).

Para a Região Nordeste foi definida a realização de dois grupos focais, totalizando o arranjo de 59 municípios dos nove estados da região. Os grupos focais da Região Nordeste, realizados por plataforma online nos dias 27 e 29 de abril de 2021, contaram com a presença de 48 homens e 16 mulheres, que compartilharam seus sonhos de defesa, seus desafios e propostas para superá-los.

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DA PESQUISA NA REGIÃO NORDESTE



A tabela a seguir apresenta a distribuição dos municípios participantes do questionário online segundo o porte populacional. Importante destacar que 50% dos municípios têm população de até 20.000 habitantes, caracterizando-se como de pequeno porte. Tal dado é relevante para associar com alguns resultados apresentados nas próximas seções.

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO ONLINE, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL.										
População estimada	Total de municípios participantes do questionário									
	Região Nordeste	Alagoas	Bahia	Ceará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Piauí	Rio Grande do Norte	Sergipe
Até 2.000 pessoas	2	0	0	0	0	1	0	0	1	0
De 2.001 a 5.000 pessoas	61	2	4	0	0	3	3	4	35	10
De 5.001 a 10.000 pessoas	71	7	8	5	0	2	11	4	26	8
De 10.001 a 20.000 pessoas	131	14	18	10	1	2	41	2	29	14
De 20.001 a 50.000 pessoas	163	17	24	15	9	4	60	4	14	16
De 50.001 a 100.000 pessoas	64	6	14	14	2	1	19	1	3	4
De 100.001 a 500.000 pessoas	35	1	8	7	4	1	9	0	3	2
Mais de 500.000 pessoas	8	1	2	1	0	1	1	0	1	1
Total	535	48	78	52	16	15	144	15	112	55

Fonte: IBGE, 2020.

O questionário online foi respondido por 535 participantes da Região Nordeste, com idade média de 42 anos. A análise dos dados mostrou o predomínio de respondentes do sexo masculino (84%) na região, assim como em todos os estados nordestinos. Em relação à escolaridade, a maior proporção foi de respondentes com nível superior (53%, dos quais 15% têm pós-graduação), um pouco abaixo da média nacional.

A maior parte dos respondentes atualmente é coordenador (a) da COMPDEC (81%). Quanto ao tempo na função atual, 37% estão há seis meses e 37% estão de um a cinco anos. Um aspecto que chamou atenção na presente análise foi o predomínio de participantes com vínculo comissionado (47%), o que pode representar um vínculo mais frágil se comparado ao servidor municipal.

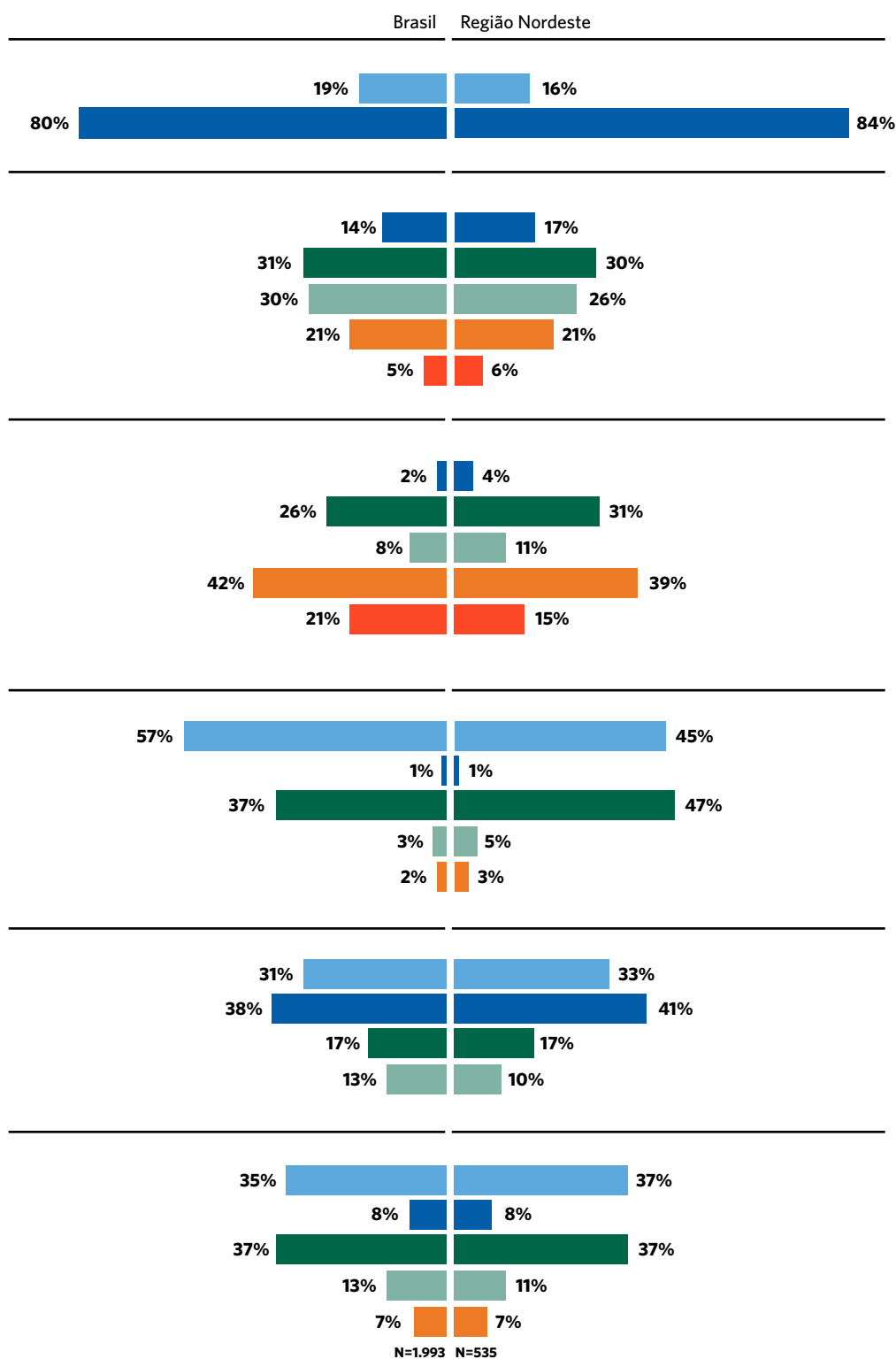
PORCENTAGEM DE RESPONDENTES EM CARGOS COMISSONADOS

47%

39%

DOS RESPONDENTES
TÊM NÍVEL SUPERIOR E 15%
TÊM PÓS-GRADUAÇÃO

PERFIL DOS RESPONDENTES DA REGIÃO NORDESTE



GÊNERO

Feminino
Masculino



IDADE (ANOS)

Até 30
31 - 40
41 - 50
51 - 60
> 60



ESCOLARIDADE

Ensino fundamental
Ensino médio
Curso técnico
Ensino superior
Pós-graduação completa



0,56% dos respondentes da Região Nordeste, e 0,5% do Brasil responderam "nenhuma das anteriores"

VÍNCULO NA FUNÇÃO ATUAL

Servidor municipal
Servidor estadual
Comissionado
Contrato temporário
Voluntário



TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA DEFESA CIVIL

Menos de 1 ano
De 1 a 5 anos
De 5 a 10 anos
Mais de 10 anos



TEMPO NA FUNÇÃO ATUAL

Até 6 meses
De 6 meses a 1 ano
De 1 a 5 anos
De 5 a 10 anos
Mais de 10 anos



- Todos os gráficos deste volume estão com percentual arredondado, por isso em alguns casos a soma não é igual a 100%.
- N representa o total de respondentes da questão.
- Na pergunta sobre gênero, 0,45% e 0,56% dos participantes do Brasil e da Região Nordeste, respectivamente, indicaram a opção "Não gostaria de identificar".

A estruturação
compreende os
recursos materiais,
organizacionais,
financeiros e
tecnológicos
das defesas civis
municipais

Na Região Nordeste, 58% das 535 defesas civis respondentes possuem de um a dois membros em suas equipes, 31% são compostas por três a cinco agentes, enquanto 11% têm mais de seis agentes na sua equipe. 40% de todos entrevistados acreditam que a quantidade de pessoas é suficiente, enquanto 39% afirmam não ser suficiente e 21% consideram que esta quantidade atende parcialmente às demandas.

“Sempre foi assim uma coisa muito de papel, acho que é uma deficiência da maioria dos municípios (...) Você ter uma pessoa destacada só para defesa civil é praticamente impossível, então acho que as pessoas que estão em outros cargos e outras atribuições acabam fazendo a mesma função de um coordenador de um secretário da defesa civil. Em termos de estrutura física também. A gente não tem uma sala, a gente não tem um espaço que diga “ah, você está na defesa civil”.

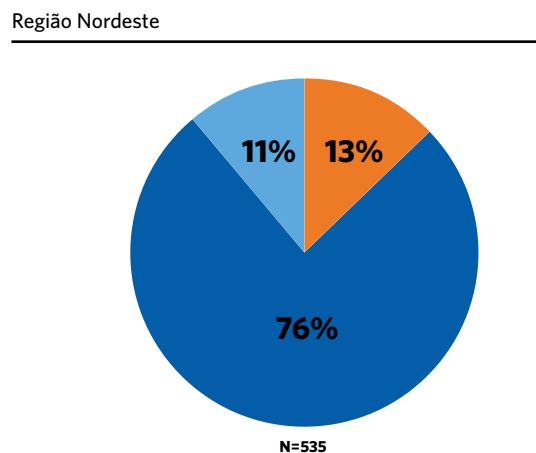
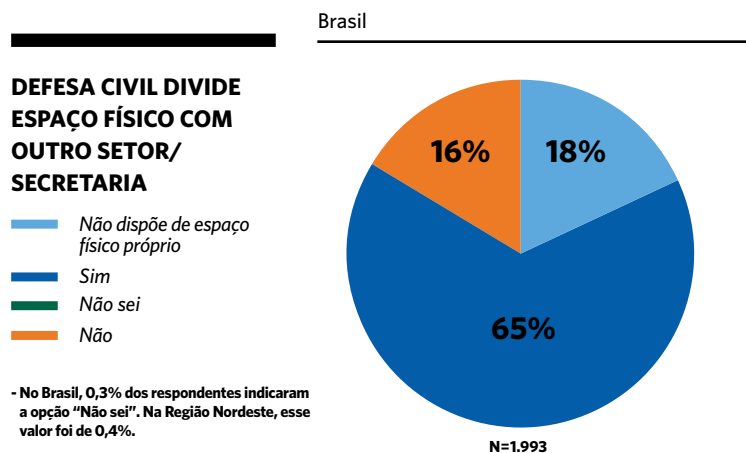
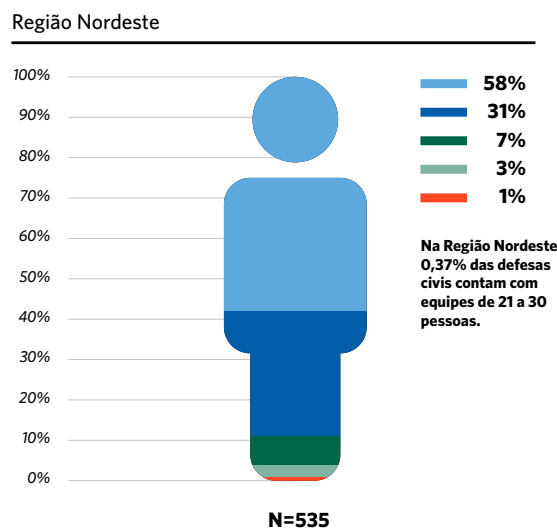
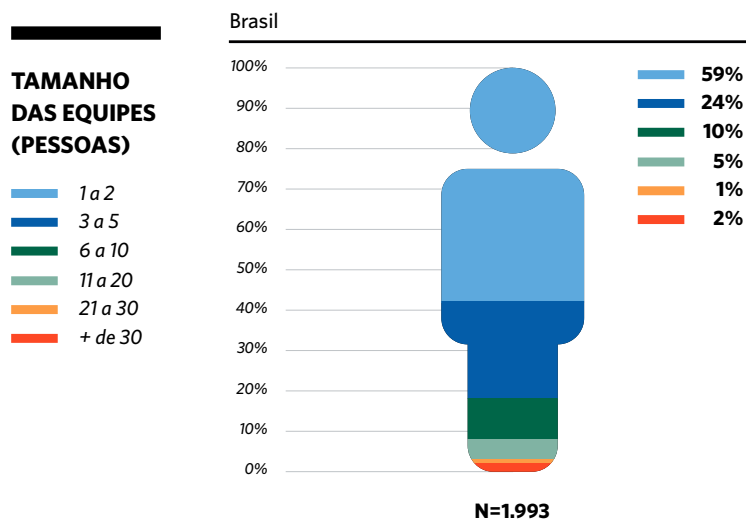
Em relação à estruturação, 76% das defesas civis participantes na Região Nordeste dividem o espaço físico com outra secretaria ou setor, porcentagem superior à média nacional (65%). Dentre os respondentes, apenas 13% dispõem de um espaço físico próprio.

58%

DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS DA REGIÃO NORDESTE TÊM DE UM A DOIS MEMBROS NA EQUIPE

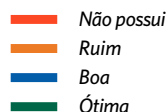
76%

DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS DA REGIÃO NORDESTE DIVIDEM O ESPAÇO FÍSICO COM OUTRA SECRETARIA OU ÓRGÃO

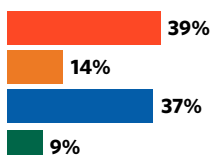


QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

As condições em que as defesas civis são estruturadas são muito diversas na Região Nordeste. Em relação aos recursos materiais, 83% das defesas civis respondentes não possuem viaturas. Os desafios também se referem a outros aspectos como falta de telefone fixo exclusivo para a defesa civil (87% não possuem), telefone celular com internet (47% não possuem), radiocomunicador (93% não possuem). Também é importante destacar que 46% afirmaram ter computador em boas ou ótimas condições.



COMPUTADORES/NOTEBOOKS



N=534



RÁDIO COMUNICADOR



N=529



TELEFONE FIXO EXCLUSIVO DA DEFESA CIVIL



N=530



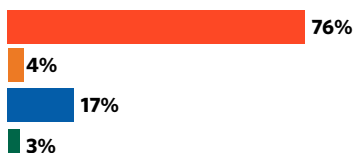
EMBARCAÇÕES/ BARCOS



N=515



SOFTWARE



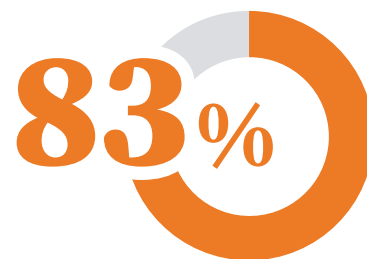
N=531



VIATURAS



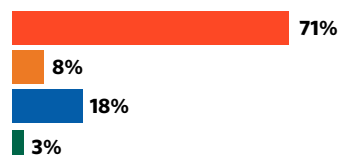
N=530



DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS DA REGIÃO NORDESTE NÃO POSSUEM VIATURAS



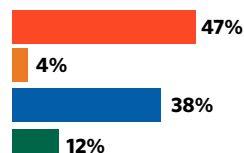
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL



N=531



TELEFONE CELULAR COM INTERNET



N=529

RECURSOS FINANCEIROS

Sobre recursos financeiros, 18% das defesas civis respondentes afirmaram ter orçamento próprio, enquanto 22% informaram que a origem dos recursos é o tesouro municipal e 17% como repasse de outras secretarias, ao passo que 2% das defesas civis entrevistadas obtêm recursos via emendas parlamentares; 31% relataram não ter orçamento, enquanto 15% não souberam dizer.

As entrevistas em profundidade também revelaram alguns aspectos importantes sobre este tema. Nas defesas civis que estão vinculadas ao gabinete do prefeito, a dotação orçamentária é um pouco facilitada, visto que os prefeitos costumam atender as demandas e o processo é otimizado, sem ter que passar pelas secretarias municipais. Alguns municípios possuem Fundo Municipal de Proteção e

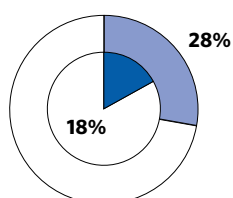
Defesa Civil e/ou as necessidades da defesa civil são contempladas pela Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA) do município. Outros não possuem e relataram algumas dificuldades devido à percepção que os gestores públicos têm em relação à defesa civil.

Os participantes do questionário também responderam sobre a disponibilidade de recursos financeiros. A inexistência de recursos para antes, durante e após desastre foi identificada entre 24%, 20% e 20%, respectivamente. Mesmo em relação ao Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) ainda há desafios para sua implementação nos municípios.

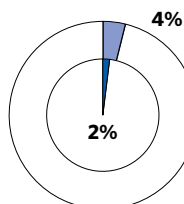
ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS



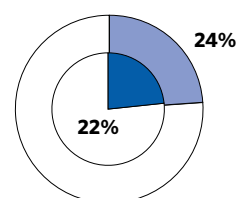
Orçamento próprio



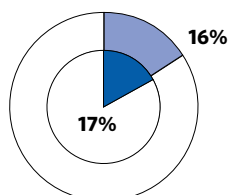
Fundo de reserva



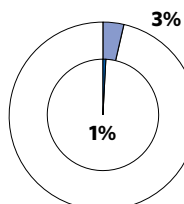
Tesouro municipal



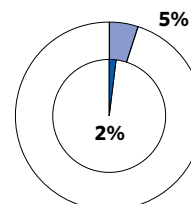
Repasse de outras secretarias municipais



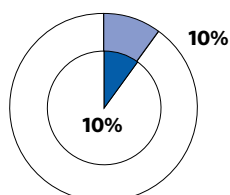
Doações de pessoas físicas ou jurídicas



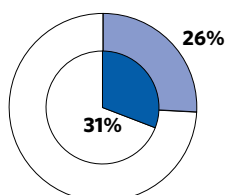
Emendas parlamentares



Programas do Estado



Não tem



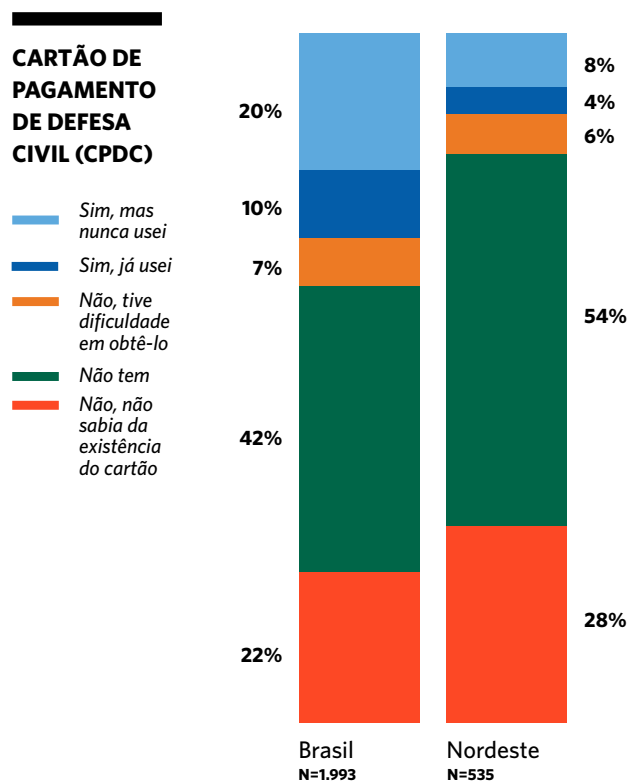
-Nessa questão, o (a) respondente poderia indicar mais de uma alternativa.
-A opção "Não sei" foi indicada por 15% e 11% dos respondentes da Região Nordeste e Brasil, respectivamente.

Na Região Nordeste, 28% dos municípios respondentes afirmaram não conhecer o CPDC; 54% afirmaram não ter o cartão, enquanto 6% tiveram dificuldade em obtê-lo. Os entrevistados relataram algumas dificuldades em relação ao CPDC:

“a gente nunca usou [cartão de pagamento], porque não consegui. Em 2017 vieram os recursos e se eu não me engano vieram R\$ 2 milhões para o município. E o que acontece, como a gente tem o cartão e tá no nome de outra pessoa, eu tenho que pedir primeiro para o Estado e o Estado repassar, só que como eu tenho que pedir para o Estado, o Estado tem que prestar conta das compras. O que aconteceu, o dinheiro voltou (...)”

“(...) Não conheço não [cartão de pagamento]. Tive contato pela primeira vez na entrevista, no questionário. Não sabia que existia realmente, desconheço, até o momento, como outras coisinhas que tem lá no questionário eu também desconheço. Não sei do que se trata”

Cartão de Pagamento de Defesa Civil



MAIOR DESAFIO RELACIONADO À ESTRUTURAÇÃO

Quando questionadas sobre qual o maior desafio relacionado à estruturação, 30% dentre as 535 defesas civis municipais atribuíram à falta de recursos financeiros. Outros desafios também foram indicados como falta de equipamentos (19%), de recursos humanos (19%) e de reconhecimento da carreira de defesa civil (12%).

“É secretaria municipal de defesa civil temos CNPJ temos tudo [...] a gente tem a sede, inclusive eu estou aqui na sede é bem pequenininha mas é bem arrumadinha, porque assim não sei se vocês na época vocês... que teve a Defesa Civil Nacional ela disponibilizou para alguns município (...). E também a gente ganhou um kit que é esse que nós estamos contemplado com carro, com a Triton. Nós fomos contemplados com um tablet, com um computador, impressora. Então isso foi bom porque nós não tínhamos isso antes a gente funcionava no gabinete. Ai por conta desse kit Defesa Civil que a gente teve que fazer todo um trabalho e tal, para conseguir deu tudo certo. Ai a gente tem nós temos aqui a nossa sede montadinha, é pequena mas é organizada.”

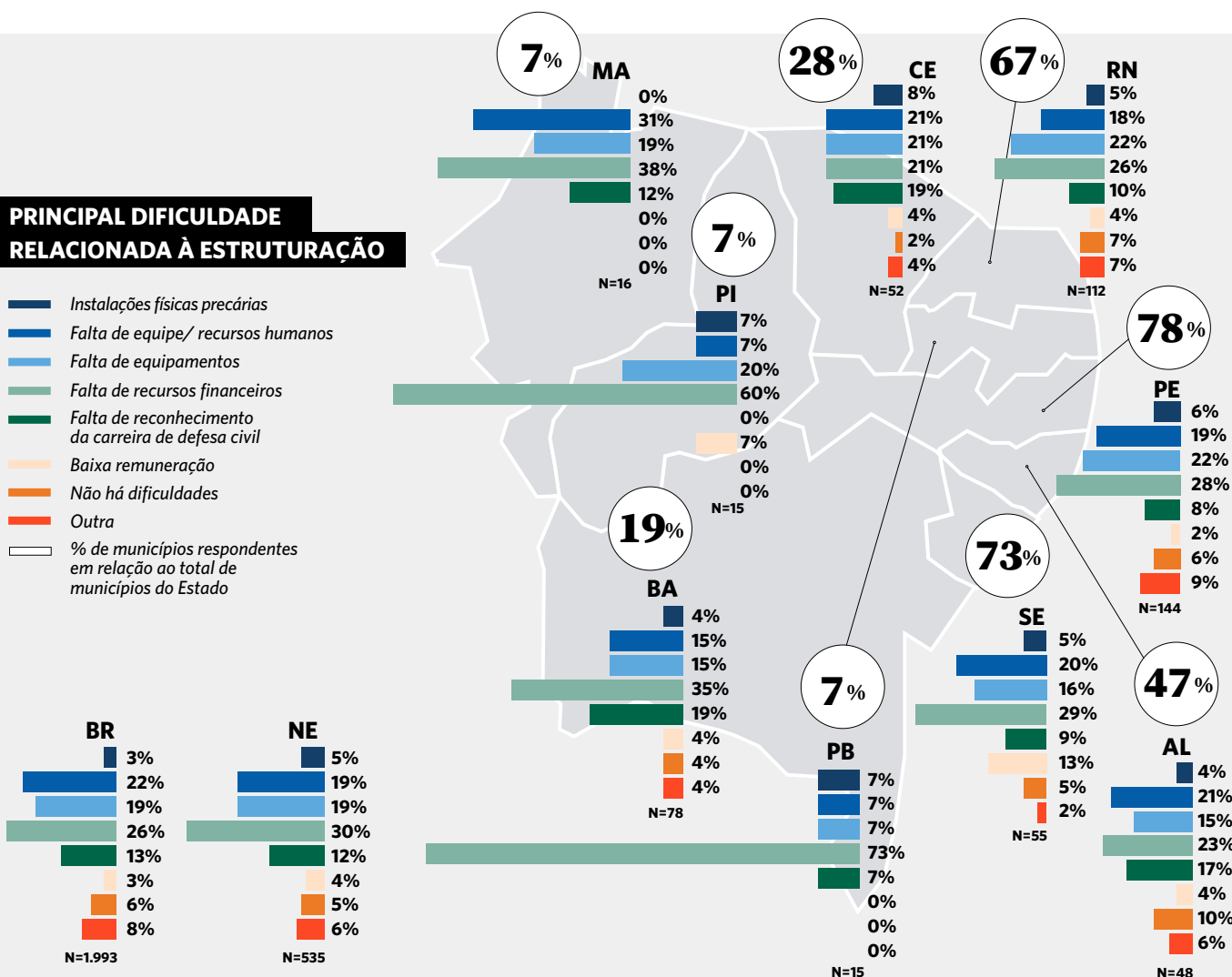
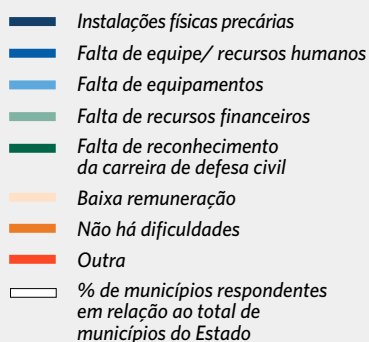
18%

DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS DA REGIÃO NORDESTE TÊM ORÇAMENTO PRÓPRIO

39%

DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS DA REGIÃO NORDESTE NÃO TÊM COMPUTADOR

PRINCIPAL DIFICULDADE RELACIONADA À ESTRUTURAÇÃO



Aspectos relacionados à governança buscam esmiuçar as relações e os atores envolvidos no dia a dia das defesas civis municipais, sejam eles estatais e não-estatais

A maioria das defesas civis na Região Nordeste (37%) está vinculada à secretaria de agricultura, enquanto outras se vinculam ao gabinete do(a) prefeito(a) (33%), à secretaria de obras (10%), secretaria municipal de segurança (9%), meio ambiente (6%), assistência social (4%). Dos municípios entrevistados, aqueles que têm as suas defesas civis vinculadas diretamente ao gabinete do prefeito(a) acreditam ser essa a melhor opção por facilitar as tomadas de decisões:

“É melhor porque geralmente, principalmente nas cidades pequenas, a decisão principal vem do prefeito, ou seja, a tomada de decisão passa por ele, a gente tem um acesso direto (...), nesse caso passa as palavras para o secretário e tal, você vai direto para o prefeitura, tá resolvido”

Nos municípios entrevistados e localizados no bioma Caatinga existem defesas civis municipais lotadas nas secretaria de agricultura e, em alguns casos, meio ambiente. Alguns dos entrevistados ficaram em dúvida sobre a sua vinculação ser adequada ou não, pois idealmente visualizam que ser uma secretaria independente e autônoma lhe traria benefícios para obtenção de recursos financeiros próprios (dotação orçamentária).

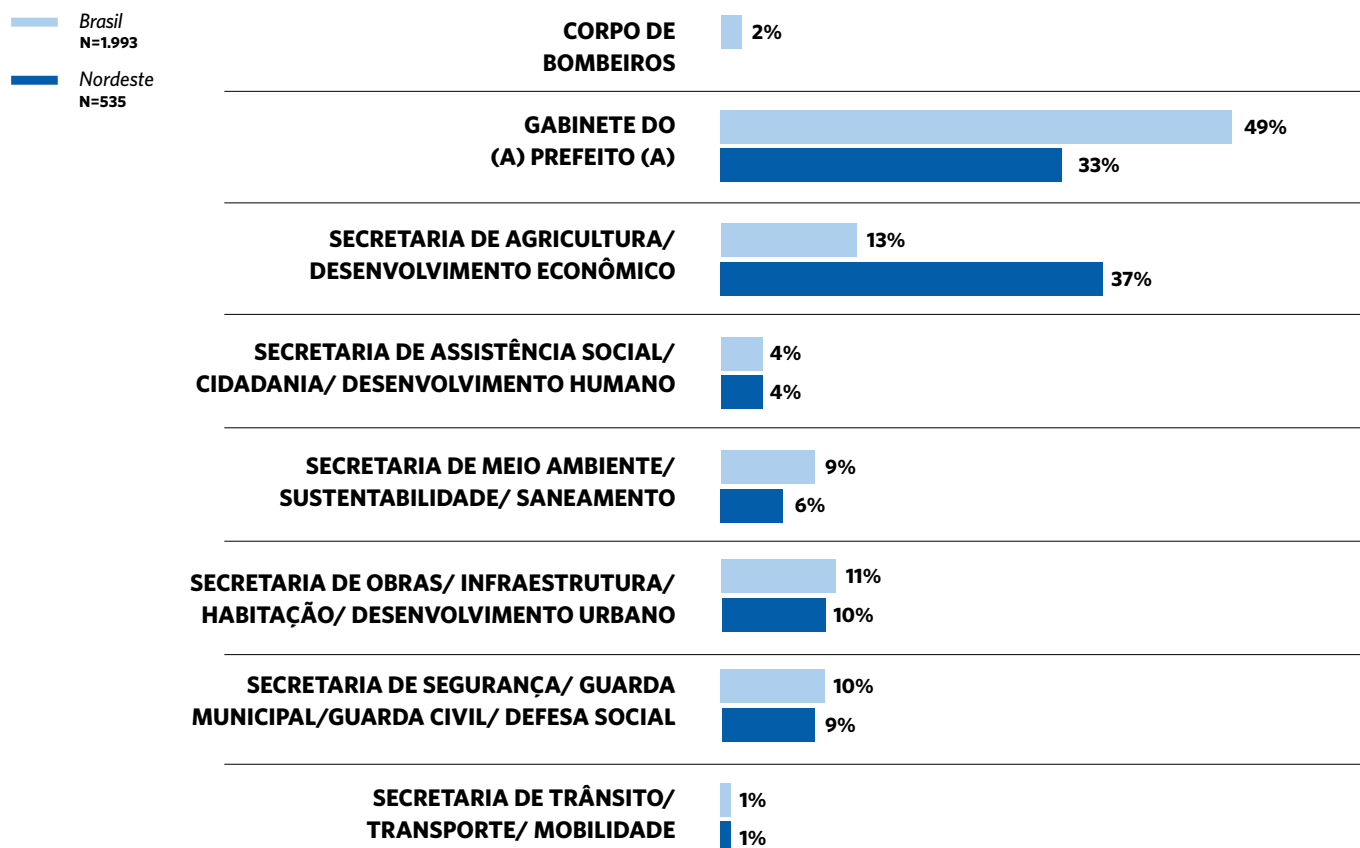
37%

DAS DEFESAS CIVIS DA REGIÃO NORDESTE ESTÃO VINCULADAS A SECRETARIAS DE AGRICULTURA

33%

DAS DEFESAS CIVIS DA REGIÃO NORDESTE ESTÃO VINCULADAS AO GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

VÍNCULO DAS DEFESAS CIVIS



- Na Região Nordeste, 0,2% das defesas civis participantes estão vinculadas a instituição militar; no Brasil, esse valor foi de 0,2%.
- 0,2% das defesas civis da Região Nordeste estão vinculadas ao corpo de bombeiros.

Quando questionados sobre as principais instituições, atores ou setores que atuam em conjunto com as defesas civis, as secretarias municipais foram indicadas por 91% dos participantes. Um total bastante expressivo também indicou a defesa civil estadual (72%), além da defesa civil nacional (39%). A atuação com os bombeiros (37%), foi bem inferior à média nacional (58%).

INSTITUIÇÕES, ATORES OU SETORES QUE ATUAM EM CONJUNTO COM A DEFESA CIVIL AO LONGO DO ANO		
Instituições ou setores	Brasil	Nordeste
Secretarias municipais	92%	91%
Secretarias estaduais	17%	18%
Defesa Civil Estadual	69%	72%
Corpo de Bombeiros	58%	37%
Defesa Civil Nacional	30%	39%
Instituições de monitoramento e alerta	23%	21%
Associação de bairros	11%	9%
Sociedade civil organizada (ONGs, cooperativas, etc)	14%	15%
Setor privado	11%	4%
Imprensa	19%	11%
Universidades ou centros de pesquisa	5%	3%
Voluntários	34%	23%
Outro	4%	3%
Nenhuma das anteriores	1%	2%

COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS

Outro aspecto importante da governança é a colaboração entre municípios. De modo geral, quase metade (49%) das defesas civis entrevistadas afirmou não participar de iniciativas em Redução de Risco de Desastres (RRD) com municípios vizinhos. Além de parcerias entre municípios, também existem parcerias com o Exército brasileiro para a Operação Carro-Pipa no semiárido.

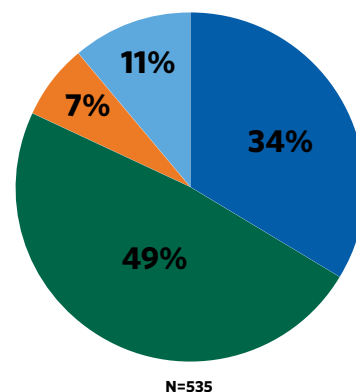
“nós temos também uma ajuda muito, um parceiro muito... que está disponível, um grupo de apoio voluntário aqui o GAV (Grupo de Apoio Voluntário). Eles são assim, tipo, eles são pra tudo, o que você chama do município eles estão presentes então eles são mais de 40 pessoas e sempre que a gente aciona eles sempre está disponível. A gente tem, eu posso dizer que, eu posso contar com eles sempre”.

Uma relação de apoio também existente em alguns dos municípios são as cooperações técnico-científicas entre defesa civil e Instituições Públicas de Ensino. As parcerias geralmente se dão na elaboração de estudos técnicos, pesquisas de conclusão de curso, pesquisas de pós-graduação, elaboração e implementação de projetos. Em poucos casos há oficialmente, de forma institucionalizada, a oportunidade de estágios por parte das defesas civis municipais. Em uma das defesas civis entrevistadas a formalização já avançou:

“é na graduação onde a gente encontra material riquíssimo dos TCCs [Trabalho de Conclusão de Curso], que os universitários produzem, com toda a franqueza, material mais rico e mais detalhado do que muitos órgãos públicos, muitos... porque a partir do momento da pesquisa, do levantamento da informação, para a apresentação do seu trabalho de graduação, especialização, mestrado, um doutorado [...] nos aproximamos desde 2005 das universidades. Hoje já é uma coisa mais formalizada; já de uns anos para cá, né [...] já passaram pela defesa civil 118 estagiários, de Engenharia Civil a Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Arquitetura, Psicologia, Comunicação [...]”

PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DE RRD ENTRE MUNICÍPIOS VIZINHOS

- Sim, formalizada por decreto
- Sim, mas não formalizada
- Não participa
- Não sei



A comunicação é um **ASPECTO FUNDAMENTAL** da governança. Há diferentes formas de comunicação (comunicação para imprensa, comunicação para público interno, comunicação para a população), assim como uma **DIVERSIDADE DE CANAIS** que podem ser utilizados.

COMUNICAÇÃO

Em relação à comunicação com os diferentes atores, mais da metade das defesas civis participantes da Região Nordeste considera adequada a comunicação com outros órgãos e secretarias municipais (82% dos respondentes), com outras instituições que atuam na área de defesa civil (77%), população (62%) e imprensa local (58%).

Durante as entrevistas, os participantes afirmaram que os canais de comunicação comumente utilizados são telefone fixo, celular, WhatsApp (contato privado) e grupos de WhatsApp. Alguns municípios atendem por regime de plantão 24h e comunicam a população através do site da prefeitura e das redes sociais. A comunicação para a imprensa é pouco relatada pelos entrevistados, porém ressaltada a sua relevância por um deles, que defende a importância do papel do profissional de comunicação e das rádios como canal estratégico.

“Aqui (...) é muito ouvido rádio, e eles abrem espaço para o público sim (...) Quando surge alguma demanda, a gente comunica no grupo e já faz o planejamento para atender. A comunicação é muito boa, tem que ser criativo, tem que agir com criatividade, otimizar recursos”

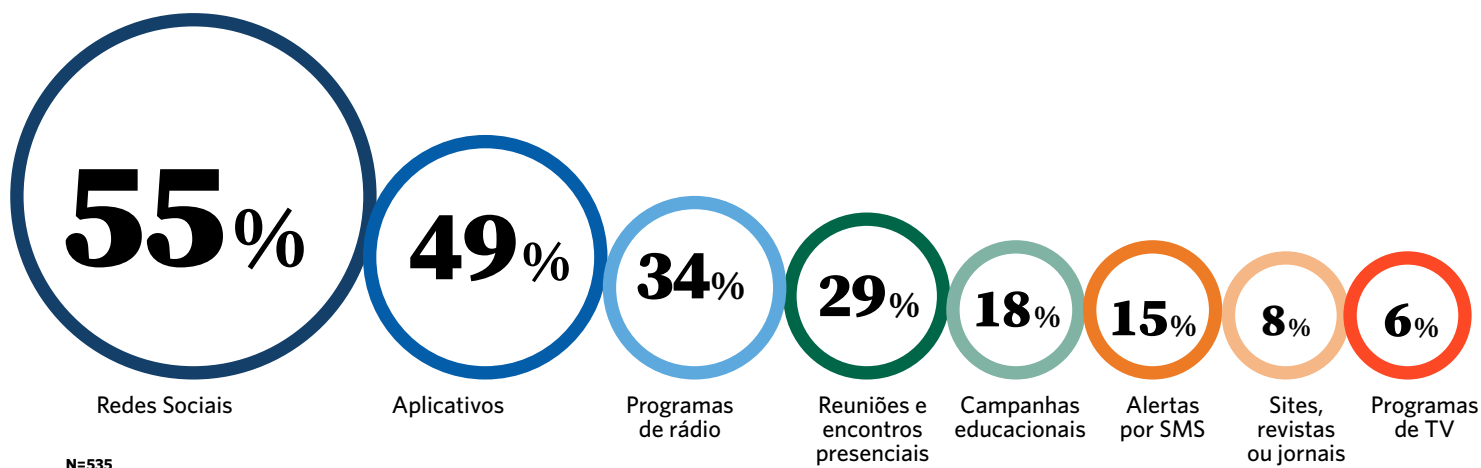
82%

**CONSIDERAM ADEQUADA A
COMUNICAÇÃO COM OUTROS
ÓRGÃOS E SECRETARIAS
MUNICIPAIS**

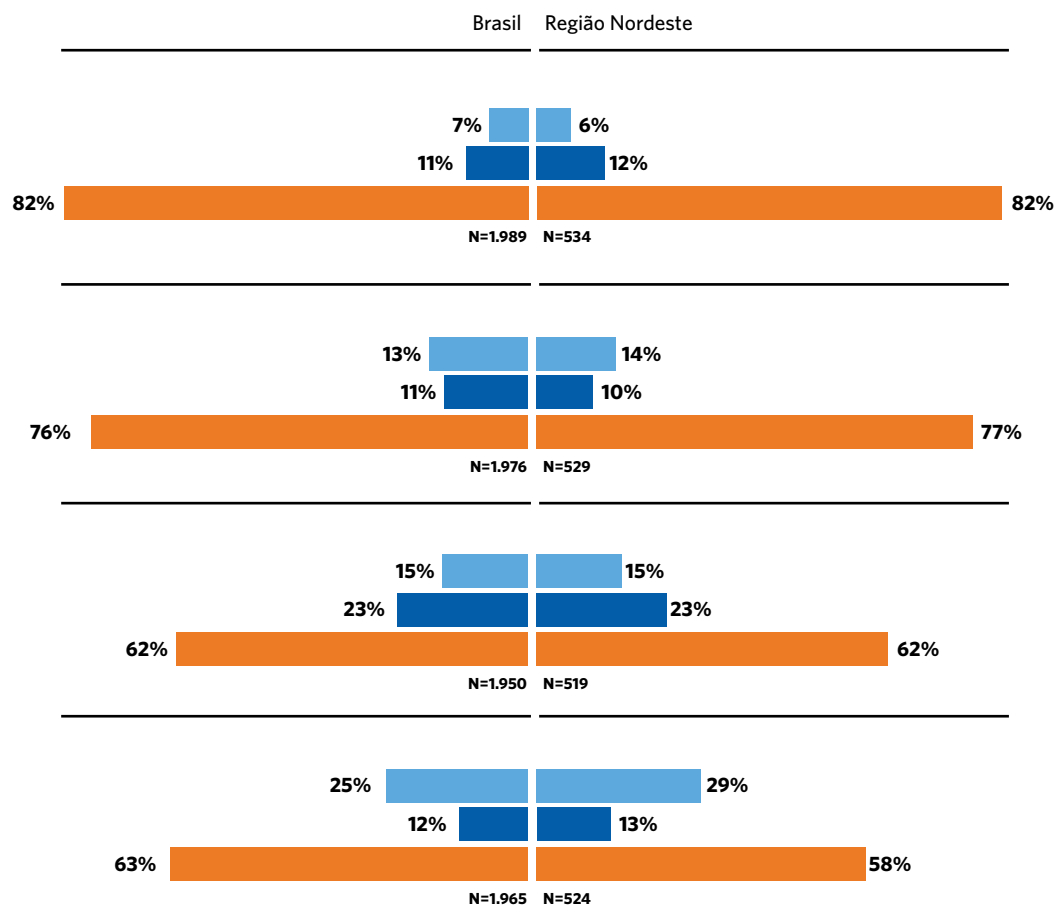
58%

**CONSIDERAM ADEQUADA
A COMUNICAÇÃO COM A
IMPRENSA LOCAL**

MEIOS MAIS UTILIZADOS PELA DEFESA CIVIL PARA COMUNICAÇÃO



AVALIAÇÃO SOBRE A COMUNICAÇÃO DA DEFESA CIVIL COM DIFERENTES ATORES



COMUNICAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS

— Inexistente
— Inadequada
— Adequada



30

INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NA ÁREA DE DEFESA CIVIL

— Inexistente
— Inadequada
— Adequada



POPULAÇÃO

— Inexistente
— Inadequada
— Adequada



IMPRENSA LOCAL

— Inexistente
— Inadequada
— Adequada

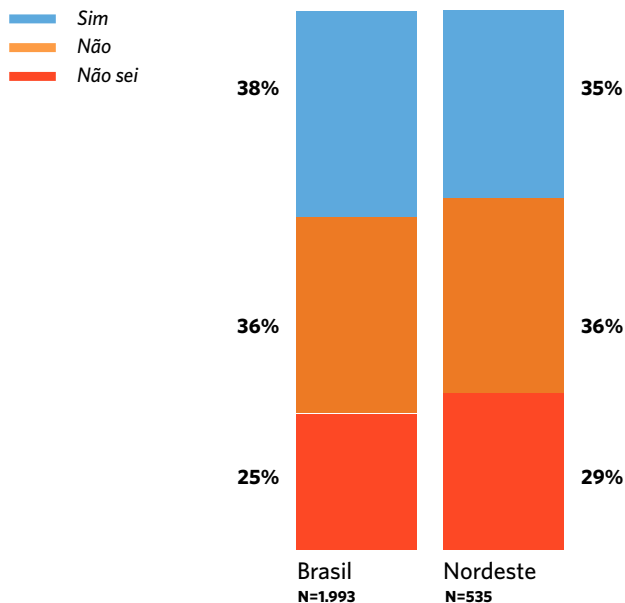


LEGISLAÇÃO

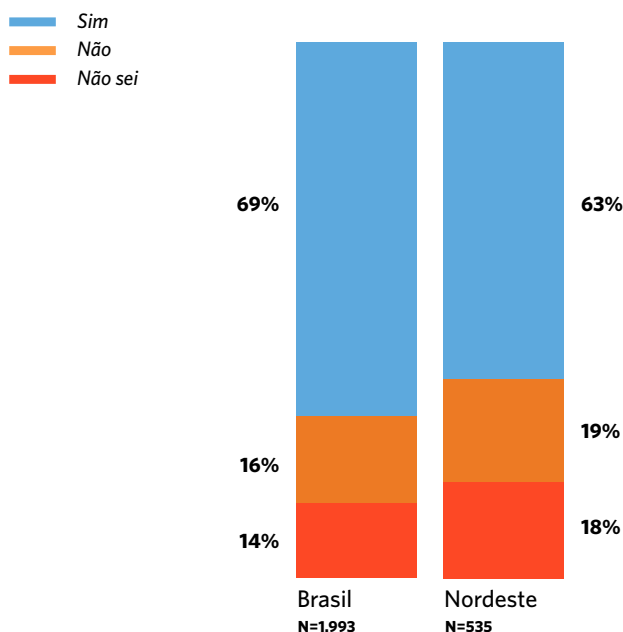
As defesas civis municipais têm dificuldades no dia-a-dia, de diversas ordens, como abordado ao longo do documento. Uma delas se relaciona à falta de inclusão da defesa civil no planejamento municipal. 35% das defesas civis respondentes afirmaram que as ações de defesa civil estão incorporadas no planejamento municipal, enquanto 36% afirmaram que não e 29% não souberam dizer. 18% dos respondentes também não souberam dizer se existe legislação municipal sobre proteção e defesa civil, enquanto 63% informaram que ela existe em seus municípios. Nas entrevistas, de modo geral, a temática do Plano Diretor apareceu como elemento importante para a atuação da defesa civil na gestão municipal de riscos e de desastres, porém os relatos reiteraram a defasagem, desconhecimento ou inexistência do instrumento nos seus municípios:

“[...] a gente conseguiu fazer um plano diretor, por incrível que pareça, o município com cinco mil e poucos habitantes tem um plano diretor, e é muito bom nosso plano diretor. E que diminuiu mais a área de construção e colocou área verde nesta área do projeto para baratear o custo. [...] Já foi concluído, já foi entregue ao município, a gente teve uma parceria do Estado. Para que fosse feito, a gente teve pessoas altamente capacitadas aqui que ajudaram bastante. Aí fizeram, rodaram o município inteiro, a gente fez muito trabalho. Inclusive eu acompanhei ele do começo ao fim [...] todas as secretarias praticamente participaram e os diversos atores, tanto da cidade, quanto da zona rural que participou do começo ao fim”

AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE DEFESA CIVIL OU GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES



MAIOR DESAFIO RELACIONADO À GOVERNANÇA

No questionário aplicado junto às 535 defesas civis municipais da Região Nordeste, o apoio para fiscalizar e coibir ocupações e construções em áreas de risco (31%) foi o desafio mais indicado pelos participantes.

“E aí eu digo: precisa ter um setor de fiscalização da prefeitura. Não tem um código de obra. Está se pensando em construir um código de obra para a partir daí começar o setor de fiscalização para as pessoas não construírem em áreas que não são permitidas”

O “trabalho preventivo com a população” foi apontado como desafio relacionado à governança por 23% dos 535 participantes do questionário online. As entrevistas revelaram aspectos interessantes sobre este desafio, que está associado ao anterior - sobre fiscalização de áreas de risco. Alguns entrevistados citaram que têm organizado NUPDECs e utilizado grupos de WhatsApp para comunicação dos riscos ou a formalização de fóruns em que a comunidade local é convidada a fiscalizar e opinar sobre as ações desenvolvidas.

Em alguns casos, as defesas civis que apresentam dificuldades nas ações de registros, mapeamentos e monitoramentos, contam com a cooperação da comunidade no sentido da informação e da atualização dos fatos. Um dos municípios comentou sobre a importância da atuação dos NUPDECs na gestão de riscos e desastres, especialmente no âmbito da seca e escassez hídrica:

“Até por trás dessa questão da seca eu uso muito principalmente os NUPDECs, que a gente tem nos povoados para poder consultar quem está precisando dessa questão de águas e tal... Como é que está sendo a distribuição, tanto que a operação do Exército eu não tinha dificuldade para fiscalizar, nem para fazer limpeza de cisternas. O pessoal mesmo acompanhava e dava suporte”

31%

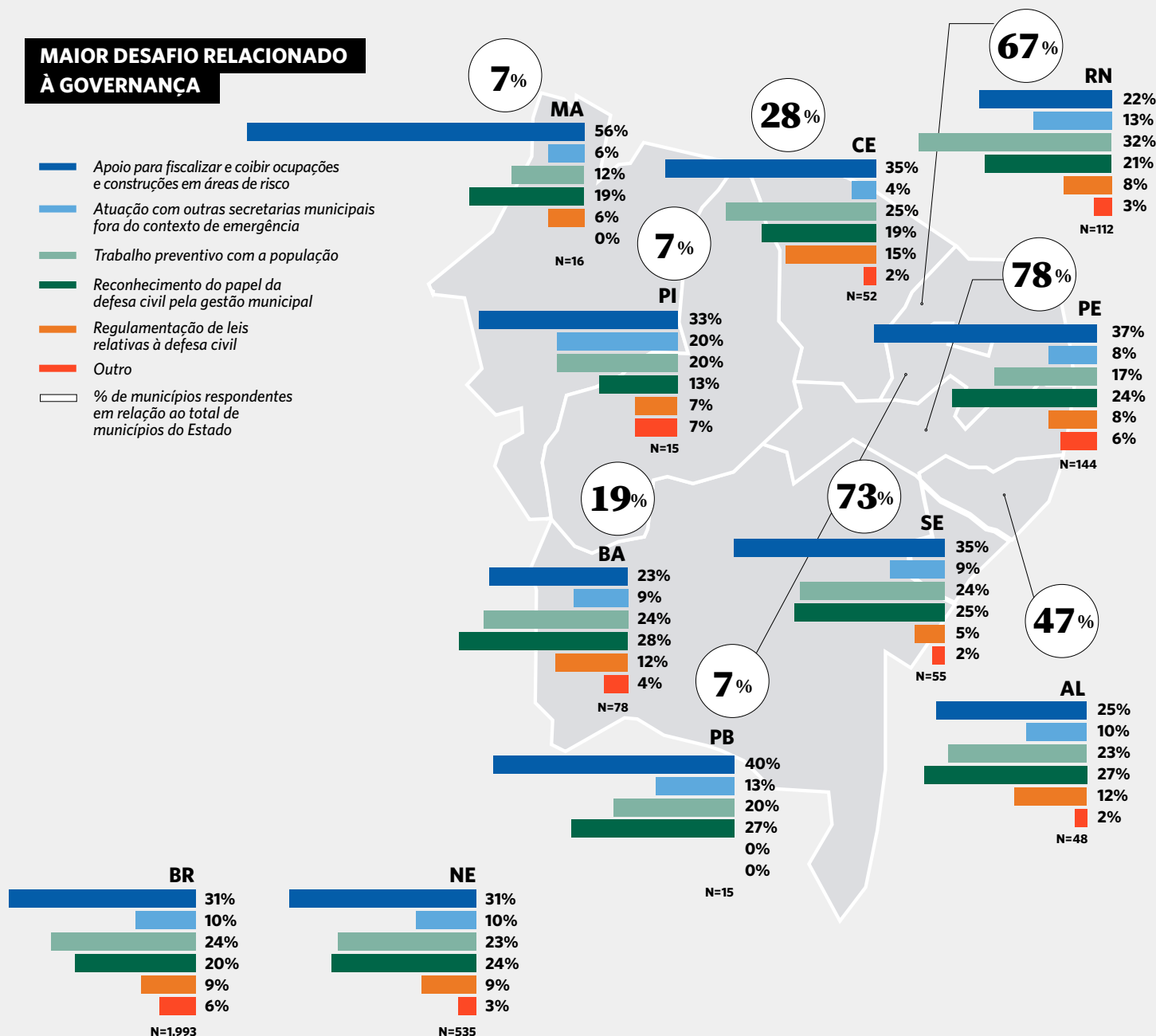
CONSIDERAM A FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO COMO O MAIOR DESAFIO

29%

DOS ENTREVISTADOS NÃO SOUBERAM DIZER SE AS AÇÕES DE DEFESA CIVIL ESTÃO NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

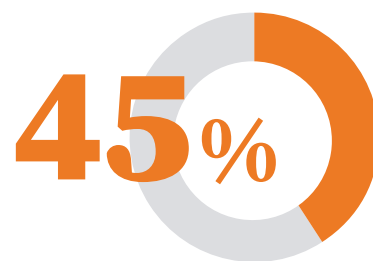
MAIOR DESAFIO RELACIONADO À GOVERNANÇA

- Apoio para fiscalizar e coibir ocupações e construções em áreas de risco
 - Atuação com outras secretarias municipais fora do contexto de emergência
 - Trabalho preventivo com a população
 - Reconhecimento do papel da defesa civil pela gestão municipal
 - Regulamentação de leis relativas à defesa civil
 - Outro
- % de municípios respondentes em relação ao total de municípios do Estado



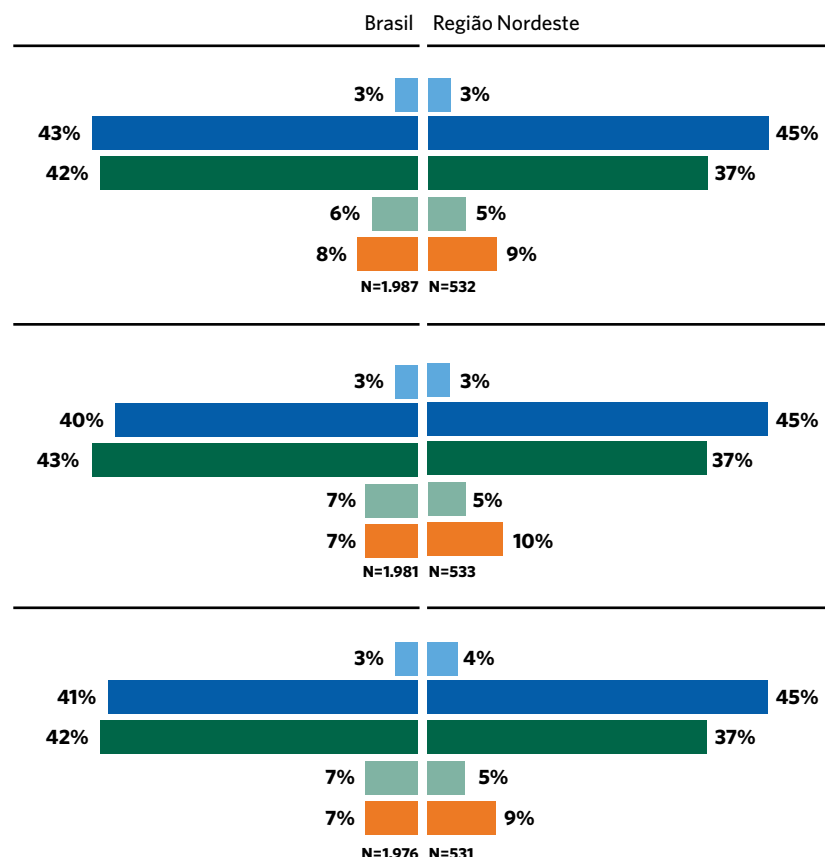
A capacitação se refere às necessidades de formação, de habilidades e competências para o aprimoramento das capacidades organizacionais e técnicas

Em relação à atuação das defesas civis nas diferentes fases do desastre, 45% se sentem pouco capacitadas para atuar antes, durante e depois do desastre. Por outro lado, 37% das defesas civis municipais se sentem capacitadas para atuar antes, durante ou depois do desastre.



**DAS DEFESAS CIVIS SE SENTEM
POUCO CAPACITADAS PARA
ATUAR ANTES, DURANTE E DEPOIS
DO DESASTRE**

AVALIAÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL ANTES, DURANTE E DEPOIS DO DESASTRE



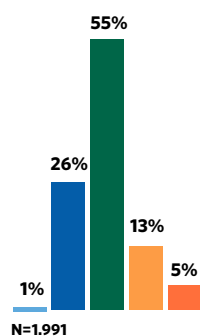
- A opção "Não se aplica" seria para os casos em que o (a) respondente não tem experiência em atuação especificamente naquela etapa.

Quanto às atividades associadas ao trabalho da defesa civil ao longo do ano, mais da metade das 535 defesas civis municipais se sente capacitada ou muito capacitada para declarar situação de emergência ou estado de calamidade pública (73%), promover a interação com outras secretarias (68%), promover a interação com a população (62%), avaliar e informar danos materiais (59%), identificar e mapear áreas de risco (56%), avaliar o risco, disparar alertas e manter a população informada (52%). As defesas civis se sentem pouco capacitadas para utilizar o CPDC (31%), promover a fiscalização de áreas de risco (43%), mobilizar e capacitar voluntários (42%) e organizar e administrar abrigos (37%).

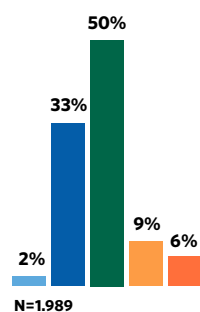
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DA EQUIPE DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL EM DIFERENTES ATIVIDADES

Não sei
 Pouco capacitada
 Capacitada
 Muito capacitada
 Não se aplica

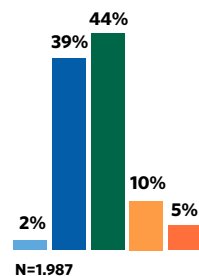
PROMOVER A INTERAÇÃO COM OUTRAS SECRETARIAS MUNICIPAIS



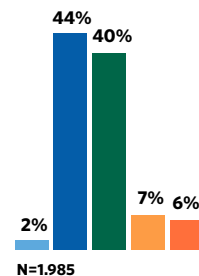
PROMOVER A INTERAÇÃO COM A POPULAÇÃO



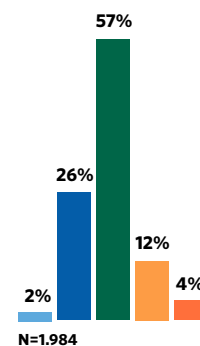
IDENTIFICAR E MAPEAR ÁREAS DE RISCO



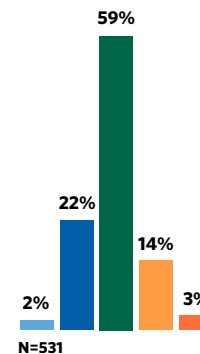
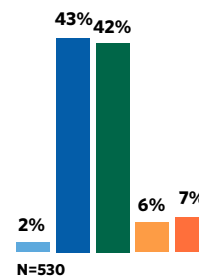
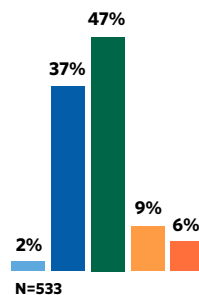
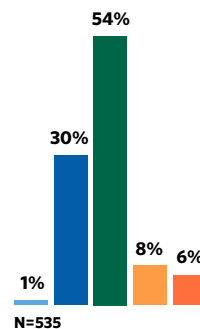
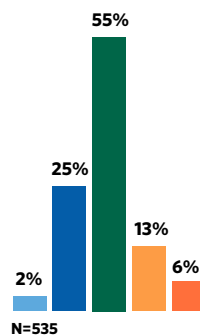
PROMOVER A FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO



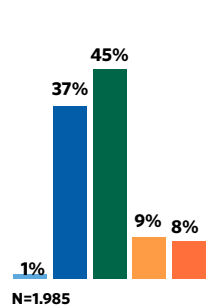
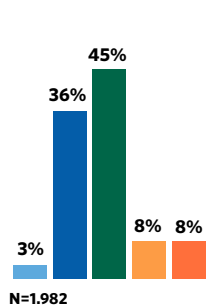
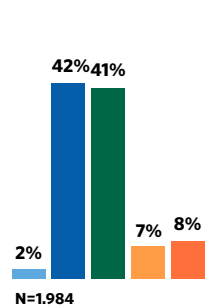
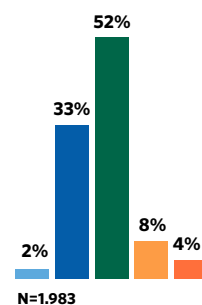
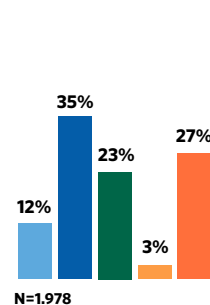
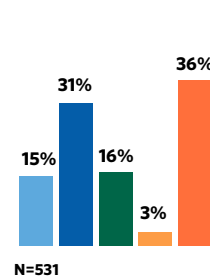
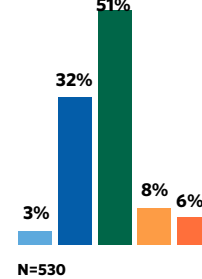
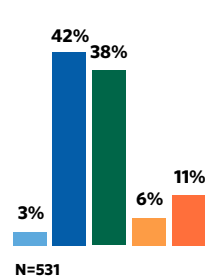
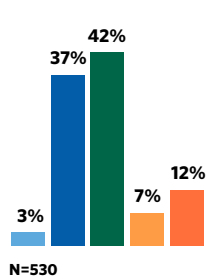
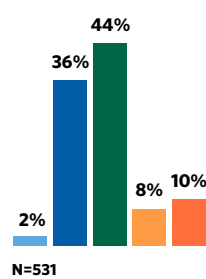
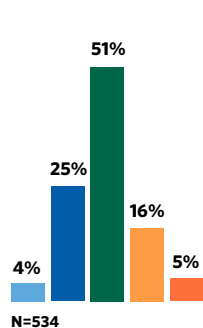
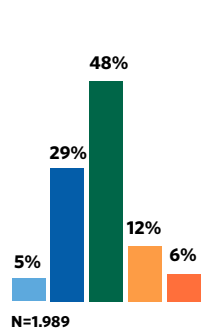
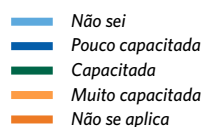
DECLARAR SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA



Brasil



Nordeste

**AVALIAR O RISCO,
DISPARAR ALERTAS
E MANTER A
POPULAÇÃO
INFORMADA**

**ORGANIZAR E
ADMINISTRAR
ABRIGOS E
SOLUÇÕES PARA
DESABRIGADOS**

**MOBILIZAR
E CAPACITAR
VOLUNTÁRIOS PARA
ATUAÇÃO CONJUNTA
COM A DEFESA CIVIL**

**AVALIAR E INFORMAR
DANOS MATERIAIS,
PREJUÍZOS ECONÔMICOS
E AMBIENTAIS PARA
OS DEMAIS ENTES**

**UTILIZAR O CARTÃO
DE PAGAMENTO DE
DEFESA CIVIL (CPDC)**

Brasil

Nordeste
**UTILIZAR A
PLATAFORMA S2ID**

Brasil
Nordeste


Metade das defesas civis municipais da Região Nordeste utiliza os mapas de risco (51%), enquanto 43% utilizam os planos de contingência. Mais de 70% delas não usam e 20% não sabem o que é o certificado de cidades resilientes. Ademais, 69% não utilizam sistema de alerta antecipado e 55% delas não usam o cadastro de população em área de risco. Destaca-se entre os entrevistados a ausência de bancos de dados próprios e mapeamentos atualizados, que dificulta as ações de monitoramento e prevenção.



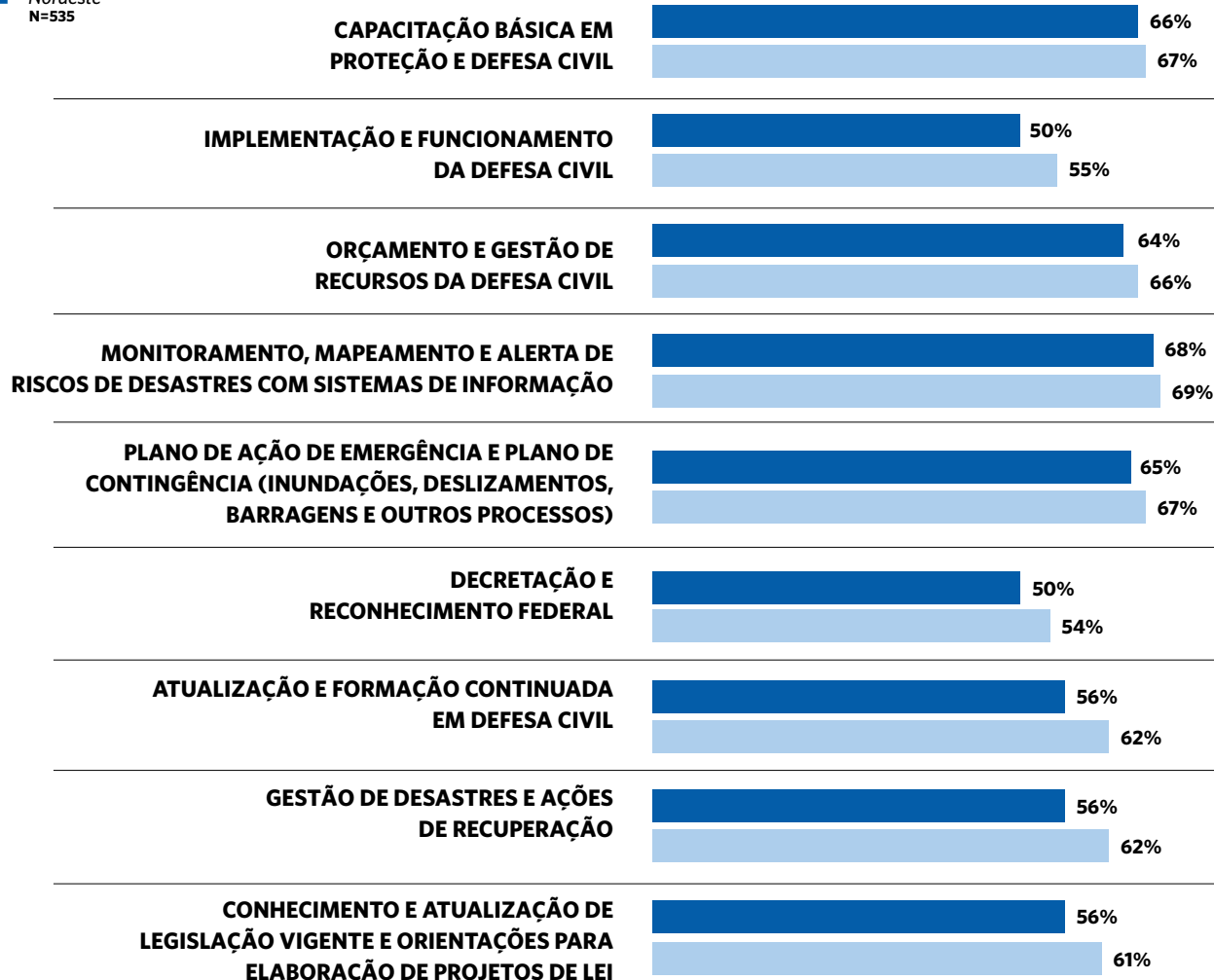
**PARA ACESSAR
AS CAPACITAÇÕES
DA SEDEC**

Trata-se de uma questão transversal às capacitações (visto que as equipes não contam com profissionais que tenham aptidão e domínio das técnicas) e à governança (por interferir na gestão de riscos de desastres e por refletir na necessidade de parcerias, para que haja acesso e/ou elaboração dos sistemas de informação, documentos e outros instrumentos). A situação relativamente se difere em municípios maiores, em que a defesa civil possui banco de dados (atualizados periodicamente) e possui produtos de mapeamentos; em um deles, foi relatado que embora estejam defasados, são atualizados de modo informal, por meio do acesso a trabalhos e pesquisas científicas, realizadas pelas instituições públicas de ensino.

CURSOS DE INTERESSE DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO ONLINE

Brasil
N=1.993

Nordeste
N=535



As entrevistas em profundidade também permitiram ouvir a opinião das defesas civis municipais sobre o tema da capacitação. As temáticas centrais dos cursos, amplamente citadas, foram: S2ID, estruturação, funcionamento da Defesa Civil, NUPDECs, solicitação de recursos, como declarar Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, prestação de contas, deliberação de recursos federais, reconhecimento de áreas de risco e PNPDEC. Os entrevistados ressaltaram a necessidade de capacitações contínuas, considerando também outras temáticas, como: primeiros socorros, prevenção e combate a incêndio, libras para profissionais de defesa civil, comunicação de riscos, uso de tecnologias, importância do Sistema de Proteção e Defesa Civil, responsabilidade civil ou administrativa criminal, psicologia dos desastres, meteorologia, plano de contingência e S2ID. Como exemplo citam-se relatos sobre a importância da capacitação em planos de contingência:

“Como é que a gente faz essa implementação? Eu entendo que a gente faz quando o Plano de Contingência é desencadeado com a participação dos representantes das políticas públicas. Esse eu acho que é um ponto. O outro ponto é o monitoramento a partir do mapeamento de risco, que lá na lei 12.608 fala que é atribuição da gestão municipal”

Outro aspecto importante são os treinamentos e capacitações que a própria defesa civil municipal oferece à população em geral. Sobre esse aspecto, chama a atenção o baixo percentual (7%) de defesas civis municipais que oferecem cursos aos NUPDECs. A referida questão também permite identificar que 27% das defesas civis municipais indicaram não possuir NUPDECs (“não se aplica/não há NUPDEC no município”).

A DEFESA CIVIL MUNICIPAL OFERECE CURSOS AOS NUPDECs?

Não se aplica/não há NUPDEC no município

27%

Não

58%

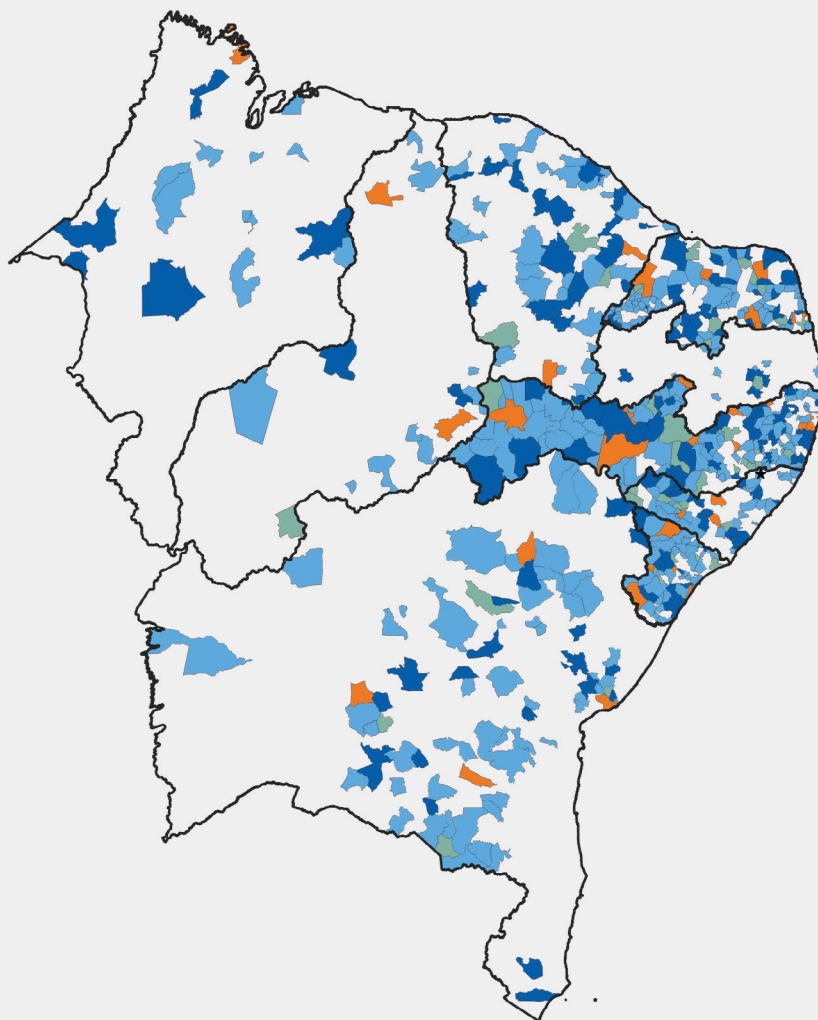
Não sei

8%

Sim

7%

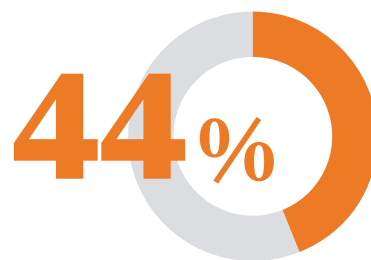
N=535



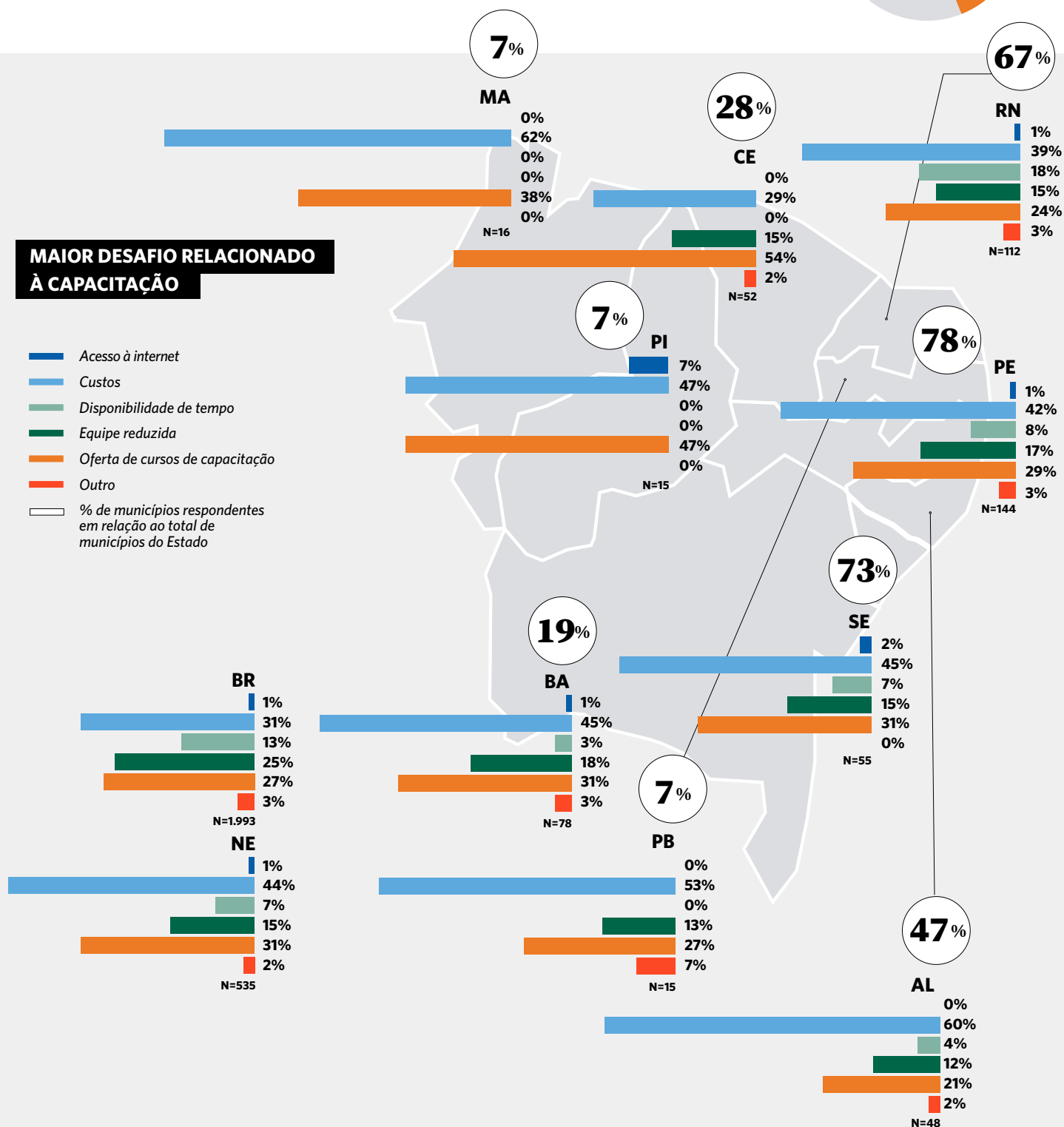
MAIOR DESAFIO RELACIONADO À CAPACITAÇÃO

Para além dos cursos de interesse e preferências por modalidade de capacitação também foi importante identificar o maior obstáculo que as defesas civis municipais enfrentam para realizar essa capacitação. A pesquisa identificou que o maior obstáculo se divide em três principais fatores: custos (44%), falta de oferta de cursos (31%) e equipe reduzida (15% do total).

CONSIDERAM QUE OS CUSTOS SÃO O MAIOR DESAFIO NO QUE SE REFERE À CAPACITAÇÃO

**MAIOR DESAFIO RELACIONADO À CAPACITAÇÃO**

- Acesso à internet
- Custos
- Disponibilidade de tempo
- Equipe reduzida
- Oferta de cursos de capacitação
- Outro
- % de municípios respondentes em relação ao total de municípios do Estado



Os grupos focais
foram um
espaço direto de
participação
dos representantes
e técnicos dos
órgãos estaduais
e municipais
de Proteção
e Defesa Civil

Questões debatidas nos grupos focais:

QUAIS SÃO OS NOSSOS SONHOS EM RELAÇÃO À DEFESA CIVIL?

Maior proximidade com a defesa civil estadual.

Que as autoridades dessem mais ênfase à defesa civil municipal

Levar a defesa civil municipal para todo o município.

Importância de acompanhar as atividades da defesa civil municipal.

Que as defesas civis municipais envolvessem os gestores.

Aumentar a equipe de trabalho da defesa civil municipal.

Valorização da defesa civil do município.

Ter parâmetros de defesa civil internacional, como a de Israel.

Que a defesa civil não trabalhe apenas corrigindo falhas

Que o sistema de defesa civil funcione.

Ter estrutura como viaturas e materiais, o essencial.

Melhor estrutura, logística

Ter capacitação para o S2ID e tópicos sobre a função da defesa civil .

Defesa civil municipal estar alocada no orçamento municipal

Que a defesa civil fosse levada mais a sério. Reconhecimento da defesa civil municipal.

Ser lembrada não só apenas no momento do desastre.

Melhor efetivo

Continuidade nas ações e não apenas nas ocorrências.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA SE ATINGIR ESSES SONHOS?

Conscientização dos gestores municipais

Aguardar retomada após pandemia

É preciso trabalhar mais com prevenção

Falta comunicação (defesas civis se comunicam pouco e não têm um departamento para isso)

Não ter um orçamento para as defesas civis municipais

Desburocratizar

Poucos municípios têm NUPDECs

Falta apoio psicológico

Falta de posicionamento nacional para lidar com erosão costeira

Mostrar a importância da defesa civil

Olhar especial do gestor para a defesa civil, com importância assim como para saúde e educação

População não sabe como usar as leis e os planos

Faltam estudos sobre erosão costeira

Colocar defesa civil dentro da escola, junto com educação ambiental

Implantação definitiva dos planos diretores, fazendo valer o planejamento urbano e os planos de zoneamento

Aprimorar o S2ID para que a resposta à solicitação seja mais rápida

O QUE PODEMOS FAZER PARA SUPERAR TAIS DESAFIOS?

Projetos de acompanhamento nas escolas e apresentação da defesa civil

Fazer mais Conferências de defesa civil, Fórum Nacional e Fórum Regional.

Garantia de uma estrutura mínima pelo Governo Federal, com menos burocracia

Reconhecer os profissionais de defesa civil como grupo prioritário para vacinas

Fornecer estrutura básica para a defesa civil: sala, viatura, computador, pluviômetro

Colocar cartilhas na internet

Garantir aplicação da Lei 12.608

Conscientação da população

Nivelamento das defesas civis

Ter um bom sistema municipal de defesa civil, bem elaborado e eficiente

Diminuir burocracia

Boa vontade do gestor municipal

Relatar problemas no S2ID e garantir que sejam atendidos

Mostrar que as funções da defesa civil são mais amplas do que o atendimento de emergências

Melhorar FPM - Fundo de participação dos municípios

Comunicação visual

Os dois grupos focais virtuais com 59 municípios participantes também foram importantes para identificar consensos coletivos a respeito de questões abordadas no questionário online e nas entrevistas em profundidade. De maneira interativa e com bastantes pontos convergentes, os participantes discutiram três questões:

- i) quais os nossos sonhos em relação à defesa civil?;
- ii) quais os desafios para se atingir esses sonhos?; e,
- iii) o que podemos fazer para superar estes desafios?

As respostas a estas três questões abordaram, de forma transversal, os três eixos da pesquisa: estruturação, capacitação e governança.

Os participantes sonham em ter acesso aos recursos a qualquer momento, para atuar em todas as fases da gestão de risco de desastres; sonham em ter o seu trabalho e sua profissão devidamente valorizados, tanto pela gestão pública, quanto pela sociedade como um todo; e que os projetos de melhoria de estruturação, capacitação e governança saiam do papel, de forma a possibilitar e contribuir com a minimização dos riscos e com o objetivo principal da área de Proteção e Defesa Civil: salvar vidas.

A estrutura física, que despontou como prioridade nos “sonhos”, refere-se essencialmente à necessidade de meios de transporte e equipamentos e à necessidade de

“não ter que pedir emprestado”.

Os participantes sugeriram uma padronização entre as defesas civis para que todos pudessem atuar de forma igualitária. Relataram dificuldades em executar o trabalho na fase inicial do ciclo de desastres (prevenção e mitigação) porque não conseguem se organizar, comprometendo assim, a realização de vistorias e execução das ações para a Redução de Riscos de Desastres (RRD). Em alguns casos, essa ausência de infraestrutura também compromete a resposta aos desastres.

Os recursos humanos também foram bastante citados nas considerações dos participantes, alguns dos quais sugeriram carreiras específicas necessárias ao quadro da defesa civil municipal. Falou-se sobre a ausência de profissionais como engenheiro civil, assistente social, meteorologista; equipe reduzida e/ou a existência das chamadas “eu-quipe”, por terem apenas um membro (quando há necessidade de mais pessoas recrutam de outras secretarias temporariamente, muitas vezes sem o pagamento de aditivos); ausência de equipes fixas; dificuldade de capacidade técnica, devido à troca de equipes e descontinuidade dos trabalhos.

Um dos participantes tinha o sonho de contar com um profissional de Meteorologia na equipe, estrutura física para a leitura de alertas e planejamento das ações de prevenção aos desastres.

Houve um consenso sobre a necessidade que as defesas civis municipais têm em aumentar a sua equipe. Seus sonhos também se referem à profissionalização da carreira em Proteção e Defesa Civil. A questão do plano de carreira foi colocada como essencial para a realização de cobranças por parte da defesa civil municipal voltada aos gestores públicos, principalmente em termos de recursos orçamentários. Segundo o que foi discutido pelos participantes, é difícil cobrar devido às questões políticas e instabilidade do cargo.

Os participantes não chegaram a um denominador comum a respeito dos recursos humanos, e sugeriram então aproveitar especialidades dos funcionários de carreira da prefeitura ou dispor de um percentual instituído por lei sobre o total de funcionários de carreira que devem compor o quadro da defesa civil; concurso e plano de carreira foram os assuntos mais comentados.



Observou-se, ainda, que atualmente, boa parte dos coordenadores/responsáveis de municípios de pequeno porte divide-se em outras funções das secretarias a que estão vinculados, acumulando cargos. Outro ponto destacado foi sobre os cargos que são preenchidos por funcionários cedidos, o que compromete a atuação em todas as fases do ciclo de desastres, sendo atuante, por vezes, apenas na fase de resposta.

A pergunta que mais se destacou dentre as três (sonhos, desafios e propostas para superá-los) foi a de proposições. Nela se destacaram, em maior quantidade, as que versam sobre a comunidade, sobre as ações implementadas em escolas, como a inserção no currículo escolar de temas da área de Proteção e Defesa Civil, conforme previsto na Lei 12.608/2012 (BRASIL, 2020); atuação contínua com acompanhamento de projetos; educação para temas específicos da realidade que enfrentam, como a escassez hídrica; também sugeriram colocar cartilhas na internet, porém não citaram a quem essa responsabilidade seria atribuída.

Notou-se uma necessidade grande, também apontada nas propostas, sobre a importância das trocas de experiências entre as defesas civis municipais que compartilham os mesmos desafios e que seria importante fomentar espaços de diálogo, como o Projeto Elos. Assim, o debate promovido nos grupos focais foi utilizado pelos participantes como um importante momento para a socialização de experiências entre eles, além de entenderem o grupo focal como um espaço de capacitação, o qual mencionam serem bastante carentes.

Os temas mais mencionados, em ordem, foram as capacitações sobre o S2ID, as funções e atividades básicas sobre a defesa civil e capacidade técnica, além de um tema específico sobre noções de risco em barragem de rejeitos.

Segundo os participantes seria preciso desburocratizar o S2ID e aprimorá-lo. Isso para que a resposta à solicitação seja mais rápida e que os problemas sejam de fato atendidos por meio dessa solicitação, especialmente dos participantes que não dispõem de equipe. Uma das principais dificuldades discutidas foi a questão dos entraves burocráticos, dando morosidade às ações de reconhecimento de situação de emergência para o recebimento de recursos. Nessa direção, alguns participantes sugeriram a criação de meios para que os problemas registrados no S2ID sejam de fato atendidos em tempo hábil, pois há relato de espera de cerca de dois meses para terem um retorno acerca dos registros feitos na plataforma. Sugeriram, ainda, a inclusão de um módulo de prevenção. O S2ID figurou como o assunto mais falado, quando se referiram às necessidades temáticas de capacitações.

Sonha-se também com a oferta de capacitação de forma contínua para os coordenadores, agentes da defesa civil e também aos gestores públicos, por meio de cursos, simulações e disponibilidade de materiais. Os desafios estão associados principalmente à rotatividade de profissionais nas defesas civis municipais, já que a troca de gestão faz iniciar o ciclo de capacitação do zero.

Foi mencionada a ausência de capacitação técnica e de treinamentos para que os agentes saibam efetivamente como proceder diante de diferentes situações, inclusive durante visitas de campo. Estes desafios refletem, segundo os participantes, a desvalorização da defesa civil. Tal desvalorização é apontada não apenas se referindo aos gestores públicos, mas também à população local.

Para os participantes seria necessário: i) desenvolver mais habilidades e conhecimentos sobre a capacidade de captar e gerir recursos; ii) saber utilizar instrumentos e equipamentos e atualizar bancos de dados, documentos e produtos; iii) conhecer a legislação e as atribuições da defesa civil municipal; e, iv) conhecer os riscos.

Em relação ao conhecimento dos riscos, além da estiagem e seca, outras ameaças foram pontuadas: erosão costeira, incêndios florestais e barragens hídricas e de mineração. Sobre a erosão marinha foi comentado sobre o desafio de saber lidar com o problema, sobretudo devido à falta de estrutura, capacitação e de posicionamento nacional diante disso.



Operação Carro-Pipa na Paraíba.
Crédito: Ruiter Sansão/Defesa Civil de Campina Grande (PB).



Também foram feitos relatos do enfrentamento das defesas civis municipais aos incêndios florestais em contexto de escassez hídrica. Os participantes chamaram a atenção para a criação das brigadas de incêndio nas NUPDECs (urbanas e rurais) e na própria estrutura da defesa civil, para a importância do relacionamento próximo e comunicação ágil com outros municípios, população e instituições privadas, para disponibilização de veículos e meios de combate ao incêndio. Neste sentido, salientaram a necessidade explícita de recursos humanos treinados e especializados que saibam formular e aplicar o plano de contingência, a partir dos riscos conhecidos e de suas particularidades locais.

Em relação às barragens, foi comentado que na Região Nordeste existem mineradoras e barragens de materiais e nem sempre as equipes de defesas civis contam com profissionais especializados, ou pelo menos com a oferta de cursos e materiais para trabalhar de forma preventiva. Outras sugestões versaram sobre a importância de capacitar os agentes de proteção e defesa civil para que sejam formadores e facilitadores do tema junto aos gestores municipais e população, como agentes de transformação e vetores de comunidades mais resilientes. Neste sentido, esses agentes de transformação poderiam promover trocas entre secretarias em termos de oferta de capacitação para agentes e gestores municipais.

Também sugeriram capacitações para além do nível local, de modo a fomentar espaços de diálogos para a troca de experiências entre as defesas civis municipais; no âmbito estadual, sugeriram a possibilidade de participação dos municípios que não são daquele Estado que está ofertando a capacitação, a fim de que essas parcerias sejam estabelecidas. Ainda, no âmbito federal, propuseram capacitações em parceria, de modo a promover uma maior articulação entre Cemaden, SEDEC, Cenad e COMPDEC, além da importância da continuidade do Projeto Elos. Observa-se que muitas dessas proposições dependem de questões de governança. O eixo Governança foi intensamente tratado durante os grupos focais da Região Nordeste, e ocupou papel central nas discussões acerca dos sonhos, desafios e principalmente das propostas. Foram tratadas questões sobre articulação/apoio, participação social, comunicação, legislação e regulamentação e a gestão de risco de desastres como um todo.

Sobre a participação social, um dos desafios identificados foi o reconhecimento das funções de defesa civil e do Exército brasileiro, pois há bastante confusão sobre as funções relacionadas à parceria institucionalizada com este órgão em municípios do Semiárido brasileiro, que dispõem da Operação Carro-Pipa. Para reduzir esses conflitos e melhorar a participação social, propuseram a inserção do tema de defesa civil no calendário escolar e melhorar a relação da defesa civil municipal com as escolas, com projetos de conscientização voltados à população; além de inserção das comunidades nas tomadas de decisões, em interação com gestores públicos e COMPDECs, para evitar desastres.

No âmbito da comunicação, destacaram-se as propostas voltadas à melhoria da articulação com a imprensa, da comunicação com os entes de gestão pública, e ainda da gestão da informação entre COMPDEC e órgãos parceiros. Também foi sugerida a organização de conferências de defesa civil, de fóruns nacionais e regionais. O objetivo maior é comunicar que as ocupações da defesa civil são mais amplas do que o atendimento às emergências.

A valorização do trabalho da defesa civil municipal com a população perpassa questões de comunicação, contendo sonhos sobre campanhas publicitárias voltadas à valorização do profissional de Proteção e Defesa Civil, sobre a conscientização da importância de seu trabalho e dos riscos. Essa proximidade com a população é expressa na participação social, em que almejam estreitar os laços com a comunidade, na construção de ferramentas para atuar de maneira mais próxima.

O apoio e a articulação foram mencionados como fundamentais para fortalecer os elos do sistema, principalmente com o apoio da esfera federal. Um dos exemplos do que foi discutido, versou sobre a diminuição dos trâmites nessa esfera para a resposta a desastres. No âmbito municipal, o apoio é requerido à figura do Prefeito, de seu gabinete e secretarias e, na esfera estadual, com a defesa civil e o corpo de bombeiros.

Para os participantes, a legislação e os regulamentos são outra via para que haja esse reconhecimento da defesa civil municipal: sonham com a autonomia jurídica e financeira; com a regulamentação da defesa civil no município e de sua estrutura por meio de portaria/lei. Os itens mais mencionados nesse quesito foram as políticas públicas para o tema, a própria política nacional fortalecida, cumprida e com a criação efetiva de mecanismos que obriguem o reconhecimento da defesa civil pela gestão municipal. Os participantes enfatizaram que a legislação deve ser melhorada acerca da conscientização dos entes sobre a importância da defesa civil municipal, sobretudo do Prefeito. Também debateram sobre questões relacionadas à estruturação, pois compreendem que há dificuldades ao efetivar os agentes - devendo ser por meio da legislação - já que formalmente estão vinculados a outras secretarias.

O papel do legislativo e a importância da interação da defesa civil com este poder também foram destacados como estratégia para busca de recursos. Outras propostas foram mencionadas pelos participantes: articulação da defesa civil com deputados em busca de emendas parlamentares com objetivo de obtenção de recursos; busca junto à câmara de vereadores com o objetivo de assegurar dotação orçamentária, considerando as previsões do Plano Plurianual, LOA, LDO; e fiscalização e sanções para os governantes que não cumprirem as obrigações previstas em lei. Também foi mencionada a

“implantação definitiva de Plano Diretor, fazendo valer o planejamento urbano e os planos de zoneamento”

Medidas de prevenção para além da utilização de instrumentos, como planos diretor e de contingência, foram citadas como desafios da realidade local, junto a outros, como necessidade de estudos sobre erosão costeira e a problemática associada à poluição da água potável, já escassa pelo uso de agrotóxicos na região. Citaram também que devido à COVID-19, atividades estavam paralisadas e, assim, aguardavam a retomada.

Uma marca dos grupos focais da Região Nordeste foram as referências e falas sobre a problemática das estiagens e secas convivas por inúmeros municípios dos nove estados que compõem a região. Desafios referentes à estruturação e governança foram pontuados, dos quais destacam-se: dificuldade de manutenção dos poços profundos; insuficiência de carro-pipa para atender às demandas das localidades; política da açudagem; poluição por agrotóxicos da pouca reserva de água disponível.

Equipe da Defesa Civil de
Campina Grande (PB) em campo.
Crédito: Ruiter Sansão/ Defesa
Civil de Campina Grande (PB).

50



O maior sonho em relação às questões regionais se refere à melhoria da governança para se ter estrutura a fim de combater efetivamente a falta de água para consumo humano. Para tanto, acreditam que o eixo governança é fundamental para ações imprescindíveis em outros eixos: em estruturação, investimento em poços e cisternas para ter acesso à água potável (construir poços e cisternas em vez de levar carro-pipa); e em capacitação, investir na formação de gestores sobre a atuação das defesas civis e na formação e fortalecimento de NUPDECs junto à população.

As principais propostas para superar os desafios e atingir esses sonhos se enquadram no eixo da governança: i) implementar uma política de combate a incêndios e de melhorias no fornecimento de água no semiárido nordestino; ii) mostrar a importância de canalizar a água; iii) aproveitar estudos existentes para perfurar poços profundos nos lugares corretos, com administração de empresa pública de água e esgoto; iv) aproveitar os estudos já feitos sobre disponibilidade de água para atender comunidades próximas à rede de distribuição com a canalização da água; e, v) investir em educação voltada para a racionalização de recursos hídricos (economia de água) desde a infância, com aproximação das defesas civis nas escolas para trabalhos educativos e preventivos.

De modo geral, as propostas para governança representaram o maior volume das discussões dos grupos focais do Nordeste. No âmbito da articulação e apoio, os participantes levantaram em comum acordo as seguintes propostas a serem destacadas: i) diminuir a rotatividade de profissionais de defesa civil; ii) manter elos com as defesas civis, municipais e estaduais; iii) sensibilizar os órgãos e gestores municipais sobre importância do trabalho da defesa civil; iv) no início de cada gestão, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) poderia promover um encontro com os prefeitos e prefeitas, para mostrar a importância de manter uma defesa civil estruturada; v) desenvolvimento de um sistema municipal de proteção e defesa civil; vi) criar formas de cooperação para operação e atendimento de todas as ocorrências, fortalecendo os municípios, como por exemplo comissões continuadas; vii) participação/interação maior entre defesa civil e Ministério Público, Polícia Militar, e os demais setores; e, viii) conhecer defesas civis municipais mais estruturadas.



DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS.

Crédito: Ruiter Sansão/Defesa Civil de Campina Grande (PB).



UM DOS SONHOS DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS É SER VALORIZADA PELOS GESTORES PÚBLICOS E COMUNIDADE



UMA DAS PROPOSTAS É COMUNICAR QUE AS OCUPAÇÕES DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL SÃO MAIS AMPLAS DO QUE O ATENDIMENTO ÀS EMERGÊNCIAS



44%

PARTICIPAM DE INICIATIVAS DE
RRD COM MUNICÍPIOS VIZINHOS

UTILIZAM REDES SOCIAIS PARA
COMUNICAR SUAS AÇÕES

55%

Conclusão

A **PESQUISA** municipal em proteção e defesa civil para a **REGIÃO NORDESTE** foi realizada entre 2 de fevereiro e 26 de maio de 2021.

Nesse período foram levantadas as capacidades e necessidades das defesas civis municipais considerando os eixos de estruturação, capacitação e governança.

A pesquisa utilizou três instrumentos de pesquisa:

- i) questionário online, respondido entre 18 de fevereiro e 26 de maio de 2021, por 535 municípios;
- ii) entrevistas em profundidade, realizadas com os municípios de Lajedinho (BA), Divina Pastora (SE), Marechal Deodoro (AL), Jaboatão dos Guararapes (PE), Campina Grande (PB), Maxaranguape (RN), Penaforte (CE), Barras (PI) e Imperatriz (MA), a fim de propiciar maior detalhamento às necessidades e capacidades; e,
- iii) grupos focais virtuais com 59 municípios, a fim de propiciar espaços de discussão coletiva para estabelecer consensos.

A partir da triangulação dos dados oriundos desses instrumentos de pesquisa foram identificados os principais resultados em relação aos três eixos. Em relação à estruturação, as necessidades estão relacionadas a equipamentos de trabalho, diante da indisponibilidade de viaturas, telefone fixo e equipamentos de proteção individual. A maior parte das defesas civis divide espaço físico com outro setor e conta com equipes reduzidas, de uma a duas pessoas. A falta de recursos financeiros foi o desafio mais citado entre os participantes da pesquisa.

Quanto às necessidades em capacitação, destacaram-se dois temas principais: i) identificação e mapeamento de áreas de risco e ii) avaliação de risco, emissão de alertas e manter população informada. Por outro lado, as defesas civis municipais se sentem capacitadas para declarar situação de emergência e promover interação com outras secretarias municipais.

Em relação ao eixo governança, nota-se que as necessidades identificadas foram relativas à participação da população em ações das defesas civis, pois mesmo aquelas que disseram organizar simulados e campanhas educativas, relataram a baixa adesão. Por outro lado, merece destaque a capacidade de comunicação dos participantes com instituições que atuam em defesa civil, além de órgãos e secretarias municipais.

Os participantes identificaram várias propostas para fazer frente aos desafios e atingir seus sonhos de defesa civil. Dentre as duas prioridades apontadas nos grupos focais estão aquelas associadas à inclusão das defesas civis municipais nos Planos Plurianuais (PPAs) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos municípios, de forma a destinar recursos financeiros à estruturação das COMPDECs e às suas ações de prevenção, educação e de emergência.

Outras priorizações também foram mencionadas, como a diminuição da rotatividade de profissionais da defesa civil (quando alterada a gestão municipal) e a garantia de uma estrutura mínima, pelo governo federal, com menos burocracia. Ainda foram destacadas a necessidade de um olhar diferente dos gestores para definir recursos para equipamentos, veículos, recursos humanos e a necessidade de criação de uma lei federal sobre a regulamentação da carreira em defesa civil (servidores de carreira).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Global Facility for Disaster Reduction and Recovery. Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil (1995-2019)**. 2. ed. Florianópolis: FAPEU, 156p. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/danos_e_prejuizos_versao_em_revisao.pdf. Acesso em: 1 de maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 4 abr. 2021

BRITO, S. S. B. CUNHA, A. P. M. A. CUNNINGHAM, C. C. ALVALA, R. C. MARENGO J A. CARVALHO M. A. Frequency, duration and severity of drought in the Semiarid Northeast Brazil region. **International Journal of Climatology**, vol. 38, p. 517-529. Disponível em: <https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/joc.5225>. Acesso em: 1 mar.2021

CEPED (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENGENHARIA E DEFESA CIVIL) - UFSC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012**. 2. ed. Florianópolis: Ceped, 2013. Disponível em: <https://www.ceped.ufsc.br/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais-1991-a-2012/>. Acesso em: 1 mar. 2021

CEPED (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENGENHARIA E DEFESA CIVIL) - UFSC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Site. 2020. Disponível em: www.atlas.ceped.ufsc.br. Acesso em: 1 abr. 2021

CPRM (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL). **Portal Prevenção de Desastres**. Disponível em: <https://geoportal.cprm.gov.br/desastres/>. Acesso em 24 maio 2021

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA).

Estimativas da população residente nos municípios brasileiros. Data de referência: julho de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 8 ago. 2021

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2019.** <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=29466&t=destaques>. Acesso: 31 mar. 2021

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA).

Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2017.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=downloads/>. Acesso: 31 mar. 2021

IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS). **Climate change 2013:** the physical science basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. In: Stocker TF, Qin D, Plattner GK, Tignor M, Allen SK, Boschung J, Nauels A, Xia Y, Bex V, Midgley PM (eds). Cambridge University Press, Cambridge, pp 1535 In: Stocker TF, Qin D, Plattner GK, Tignor M, Allen SK, Boschung J, Nauels A, Xia Y, Bex V, Midgley PM (eds). Cambridge University Press, Cambridge, pp 1535. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/climate-change-2013-the-physical-science-basis/BE9453E500DEF3640B383BADDC332C3E>. Acesso em: 1 fev. 2021.

IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS). **Global warming of 1.5°C.** In: An IPCC Special Report on the Impacts of Global Warming of 1.5°C above Pre-Industrial Levels and Related Global Greenhouse Gas Emission Pathways, in the Context of Strengthening the Global Response to the Threat of Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty; Masson-Delmotte, P., Zhai, H.O., Pörtner, D., Roberts, J., Skea, P.R., Shukla, A., Pirani, W., Moufouma-Okia, C., Péan, R., Pidcock, S., et al., Eds.; World Meteorological Organization: Geneva, Switzerland, 2018. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2018/12/SR15_TS_High_Res.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

MAGRIN, G.O., J.A. MARENGO, J.-P. BOULANGER, M.S. BUCKERIDGE, E. CASTELLANOS, G. POVEDA, F.R. SCARANO, AND S. VICUÑA. Central and South America. In: **Climate Change 2014:** Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part B: Regional Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Barros, V.R., C.B. Field,

D.J. Dokken, M.D. Mastrandrea, K.J. Mach, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea, and L.L. White(eds.)). Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 1499-1566. 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-Chap27_FINAL.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021

MARENGO J.A., SOUZA C.M., THONICKE K, BURTON C., HALLADAY K., BETTS R.A., ALVES L.M. AND SOARES W.R. Changes in climate and land use over the amazon region: current and future variability and trends. **Frontiers in Earth Science**. Vol. 21, 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/feart.2018.00228/full>. Acesso em: 1 fev. 2021.

MARENGO, J A. ALVES L M. ALVALA, R.C.S., CUNHA A P; BRITO, S., MORAES O. L. **Climatic characteristics of the 2010-2016** drought in the semiarid Northeast Brazil region. Anais da Academia Brasileira de Ciências 23(1); 21-28, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/MTyRKxxGcdwCvVhGNJNTrbG/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Anuário Brasileiro de Desastres Naturais: 2013**. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. – Brasília: CENAD, 2014. 106p.: il. color; 29,7cm. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/Anurio-Brasileiro-de-Desastres-Naturais-2013.pdf>. Acesso em 2 fev. 2021.

SEDEC (SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL). **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID**. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/index.xhtml>. Acesso em 1 jul. 2021

